

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 40

Aos quatro dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e noventa e cinco, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, em reunião extraordinária tendo como ponto único da ordem de trabalhos um debate subordinado ao tema: **"AVEIRO - REFLECTIR SOBRE A CONSTRUÇÃO DA CIDADE"**, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais António de Sousa Dinis Correia e João Gabriel Ferreira Santos, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, José Fernandes Pereira, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, José Arménio Sequeira Pereira, Diogo Manuel Soares Machado, José Alberto Martins de Carvalho, Artur Lopes Lobo, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires, Vítor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Joaquim António Calheiros da Silveira, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21,00 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, José Ferreira de Almeida, Élio Manuel Delgado da Maia, Joaquim dos Santos Abreu, Vitor Manuel da Silva Martins, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Raul Ventura Martins, Fernando António Portela Rocha Andrade e Libério da Silva Santos.

Seguidamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Mesa agradeceu a presença dos convidados, destacando a disponibilidade que desde logo manifestaram para estarem presentes nesta sessão. Referiu-se também ao tema em apreço, explicando nomeadamente a metodologia que se irá seguir na exposição desta matéria.

Entretanto entraram na sala os Vogais Olinto Ravara e Jorge Nascimento.

Imediatamente a seguir passou-se a debater o ponto agendado para esta reunião.

AVEIRO - REFLECTIR SOBRE A CONSTRUÇÃO DA CIDADE

AVEIRO NO PASSADO - Interveniente, Dr. Amaro Neves

Dr. Amaro Neves:

"Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Deputados;

Agradeço a V. Ex^{as} o convite que me foi feito, na pessoa do Sr. Prof. Dr. Artur da Rosa Pires, para nesta Assembleia tecer algumas considerações sobre a evolução do Urbanismo em Aveiro, no passado, tarefa difícil se considerarmos os mil anos da sua História.

Se por um lado, este convite pode ser visto como uma honra, sei que também é um risco, fazer um juízo sobre atitudes de governação local, o que significa mexer, com muitos interesses, tanto económicos como políticos, culturais e sociais, para além dos interesses pessoais que tantas vezes emergem na nossa cidade.

Aceitei o convite, acima de tudo, porque não obstante as contrariedades e desânimos colhidos, ainda quero continuar a ser um político, no mais puro sentido - o que ama a sua cidade e participa dos seus problemas. Neste sentido, todas as condições que venham para seu bem me preocupam, a começar pelos seus espaços livres e pelos espaços ocupados nas suas mais íntimas correlações, isto é, a evolução urbana.

Se me perguntássem em linhas gerais, como definia esta evolução em Aveiro, eu diria ironizando, em poucas palavras: uma sucessão de remendos às vezes sem qualquer sentido, isto é, em Aveiro, não tem havido tradição de manter a unidade de uma programação, de um projecto global, e muito menos a preocupação de valorizar e enriquecer, nos espaços envolventes, o património herdado.

Mas, para não tornar pesadas as afirmações que, note-se, não são aqui feitas contra ninguém, optei por uma sucessão de imagens, na esperança de tornar as minhas ideias mais claras e poder contribuir para o enriquecimento da nossa cidade, mostrando algumas marcas mais significativas do seu passado, que também são o nosso presente e teimam em permanecer vivas para o futuro."

Seguidamente fez projectar uma sucessão de imagens, colhidas por si, salientando ao mesmo tempo que se tratam de imagens despreziosas, acrescentando não pretender com isso trazer ao seio deste órgão imagens eventualmente polémicas, mas apenas que os Srs. Deputados e os Aveirenses, presentes, reflectam sobre algumas das peças fundamentais que caracterizam a evolução da nossa cidade.

1. Canal de S. Roque:

Neste "slide", destaca-se uma via de acesso que "amputou" a relação Aveiro/Ria.

"Estamos perante um Canal, e é pelos Canais que eu vou começar o meu percurso histórico. Pena tenho eu que em Aveiro a água não seja respeitada como um valor fundamental. Circulando por várias cidades da Europa ou de qualquer outro Continente, parece que em Aveiro pela fatura da água não é a água olhada como um bem. Por outro lado os espaços envolventes, que neste caso implicavam desde já uma mata que fizesse a transição e integrasse o Canal na cidade, era fundamental que acontecesse.

Este é o Canal de S. Roque, eu pedia que no Canal de S. Roque lembrássemos para começar, S. Roque. E, S. Roque, foi o patrono dos Calafates dos Carpinteiros, dos construtores de Naus, uma das actividades mais antigas que enobreceram Aveiro e que mereceu por isso mesmo muitos privilégios dos nossos Reis, pelos séculos XV, XVI e XVII. Por estes Canais todos e fundamentalmente no de S. Roque, portanto o patrono que tinha lá ao fundo a Capela, nós ainda mantemos alguns traços daquilo que poderia ser um tipo de urbanismo sem templo, que tanto podia ser do século XV, XVI, como eventualmente do século XX, é preciso é que os Aveirenses saibam pegar naquilo que ainda é característico e dar-lhe o tratamento que entenderem por bem. Acontece que algumas destas casas que nós denominamos em Aveiro por palheiros, mantêm hoje uma estrutura de plena actualidade materiais, mas todavia, têm um tratamento perfeitamente identificado com as origens de Aveiro, com as características dominantes desta integração de espaço, porque Aveiro tem para todos os efeitos zonas bem diferenciadas.

Seguiu-se um "slide", sobre a Capela da N^a Sr^a das Febres, a qual, segundo o orador veio substituir a Capela de S. Roque, mantendo-se fundamentalmente nas mesmas áreas e, entre a Capela de S. Roque e a Capela da Sr^a da Alegria, teríamos algumas referências entre o século XII, XIII, XIV, XV e XVI. O espaço projectado é o que resta de uma das mais antigas Confrarias de Aveiro, talvez já existente nos finais do século XII, que teve um património riquíssimo e onde fundamentalmente se juntavam mercadores, marnotos e pescadores, em torno dessa Capelinha.

Salientou que depois das alterações a este espaço, que considerou um verdadeiro Centro Histórico, já pouco resta do mesmo.

Prosseguindo, referindo-se novamente aos Canais, lembrou que estes foram as verdadeiras estradas do enriquecimento de Aveiro, por isso, considerou que, esquecer os Canais, o culto da água, é esquecer durante séculos aquilo que foi o grande motor do desenvolvimento de Aveiro.

Seguiu-se a imagem de um Canal, o qual referiu estar hoje melhor tratado, era outro canal onde se fazia muita construção de barcos, mas ainda assim muito longe da dignidade que deveria ter o seu tratamento envolvente.

Continuando no uso da palavra fez referência à adaptação neste Canal de um tipo de urbanização que, pelos meados do século XIX voltou

a reencontrar os Canais. Salientou que é preciso ter em conta que a evolução de Aveiro foi dessincronizada até aos meados século XVII cerca de 1640, 1650, a população de Aveiro foi crescendo de tal forma que teria atingido acima dos dezassete mil habitantes. A população de Aveiro, continuou a construir Conventos, Igrejas, Ruas e Palácios, não se apercebendo a população de que a barra já estava a estrangular o seu desenvolvimento. A partir da crise económica de 1670/92, podendo dizer-se que foram vinte e cinco anos de uma crise que destruiu completamente o tecido comercial português, Aveiro faliu, e os comerciantes e os mercadores, desapareceram da cidade e, é por isso que nos fins do século XVIII, temos apenas cerca de três mil e quinhentos habitantes.

Referiu seguidamente que numa das artérias da cidade se encontram ainda algumas casas do século XVII, tendo inclusivamente uma delas inscrita a data da sua construção. Portanto, disse ver-se claramente que se trata de um núcleo de presença Filipina, tendo sido com Filipe II que Portugal sofreu uma grande renovação no tecido urbano, tendo mesmo Aveiro um dos mais ricos monumentos de que se deve orgulhar, que é a Misericórdia.

Seguidamente destacou mais uma vez a importância dos Canais, como vias de comunicação para o transporte de matéria prima de que a cidade carecia.

Referiu também que um núcleo vital para Aveiro e que marcou a cidade no século XVIII, foi a Rua dos Mercadores, fazendo seguidamente a passagem de diversos diapositivos relacionados com esta zona da cidade e tecendo alguns comentários à medida que estes iam passando.

No século XIX, não deixou de lembrar a presença dos Mercados, que vão congrega o desenvolvimento de Aveiro, sacrificando-se para esse efeito alguns terrenos das Ordens Religiosas, para a implantação de praças, mercados, e eventualmente para instalar novas instituições como quartéis, marcas essas que ainda hoje subsistem na cidade.

Relativamente ao "barroco", referiu que não se pode mostrar com facilidade marcas significativas deste tipo de arquitectura na cidade, acrescentando porém que tais marcas se podem encontrar com alguma relevância nos interiores das Igrejas, nos exteriores os apontamentos são escassos e Aveiro foi essencialmente um desenvolvimento urbanístico

muito identificado com o maneirismo, que é o período que vai ao longo de século XVII até princípios do século XVIII.

Prosseguindo, lembrou que Aveiro no século XIX, assiste-se àquilo que aconteceu em muitas outras cidades, ou seja as Ordens Religiosas foram extintas e o que aconteceu é que foi quase tudo ou vendido ou roubado e em Aveiro o processo foi semelhante. Portanto daqui resultaram alterações, porque a burguesia local aproveitou para comprar os terrenos que eram vendidos em hasta pública, muitas vezes simbolicamente, e o que vai acontecer é também uma urbanização cada vez mais próxima dos poderes, mas também numa visão burguesa.

Referindo-se à azulejaria em Aveiro, disse que Aveiro tem esquecido de uma maneira inqualificável as tradicionais produções do azulejo. Aveiro teve desde os meados do século XIX algumas fábricas a produzirem este produto para o parque urbano, sendo utilizado nas fachadas apenas na segunda metade do século XIX, depois que os Brasileiros, quando voltaram a Portugal, ultrapassadas as guerras liberais, foram eles que trouxeram o azulejo usando-o na fachada, pois até então usava-se apenas o azulejo nos interiores, como se pode ver por exemplo na Misericórdia de Aveiro. O que se encontra em Aveiro, são ainda diversos e bons painéis de azulejo, e estas tradições deveriam em sua opinião de continuar a marcar o desenvolvimento urbano.

Seguiu-se uma longa projecção de "slides" acompanhados com algumas explicações e comentários sobre a matéria.

Referindo-se seguidamente à Avenida Peixinho, considerou-a um autêntico "boulevard" à moda dos finais do século passado, que pretendia fazer rapidamente a ligação da cidade à Estação do Caminhos de Ferro, porém pouco resta desses tempos no parque urbano desta importante Avenida, a avidez do capital, em sua opinião tem permitido especulações desenfreadas que levaram de então para cá a duas e três construções sobre o mesmo local. Referiu que é neste espaço de cerca de quinhentos metros de raio, girando sobre um centro que podia localizar-se na estátua do soldado desconhecido que praticamente gravita toda a actividade terciária aveirense e, nem os novos bairros e arruamentos de há meio século a esta parte alteraram esta centralidade que mostra tendência a agravar-se, felizmente que hoje, segundo o orador não mostra tendência a agravar-se.

Prosseguindo, disse que remodelado, mas mantendo em traços gerais a fisionomia desse final do primeiro quartel, está um conjunto que segue pelos Armazéns de Aveiro ao longo da Rua Conselheiro Magalhães, que em sua opinião deve ser protegido.

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço a vossa atenção, tenho aqui um diapositivo de uma sombra que é para todos os aveirenses particularmente grata hoje, que é a Fábrica Campos, mas eu continuo a pensar e remetendo-me ainda ao meu primeiro diapositivo, os Canais de Aveiro, o culto da água, era fundamental que todos nós tivéssemos o culto da água em Aveiro, era importante que os Canais, logo que fosse possível levassem um tratamento adequado, fossem animados, fossem envolvidos por uma mancha verde que fosse cativante, que nós soubéssemos tratar a água.

Pretendia, se me dão licença, fazer duas evocações: a do Cojo, colhida na madrugada do dia em que aqui foi lançada a primeira pedra para uma Torre de 32 andares. É uma homenagem a um homem com quem muito lutei em defesa da nossa cidade, pelo culto da água, dos espaços verdes, do urbanismo de qualidade, das memórias do património histórico.

Ao fazê-lo, não denuncio de modo nenhum os lutadores dessa época, sabendo que alguns foram ameaçados, eventualmente alguns que estão aqui presentes, portanto eu não estou aqui para denunciar ninguém. Pretendo, na pessoa do Dr. Aristides Hall, evocar quantos participaram nesta luta que julgávamos perdida, mas graças à qual vai ser possível dotar o Cojo de um projecto mais racional e identificado com a cidade.

Não fomos nós que ganhámos. Penso que foi a cidade!

Uma outra nota vai para dois nomes grandes da arquitectura portuguesa que nos apoiaram nesta data e nesta luta: o Arqtº Nuno Portas e o Arqtº Fernando Távora, este, grande responsável pelo projecto da Torre de 32 andares, que com coragem veio dizer a Aveiro, contra tudo e todos que, em 1980, não fazia qualquer sentido construir uma Torre em Aveiro.

Isto é, a humildade de um espírito superior que admitia ter cometido um erro, passados anos, seria grave erro erguer o projecto de que ele era pai.

Com este gesto nobre que muito contribuiu para devolver o espaço do Cojo à cidade, gostaria de lembrar aos urbanizadores da cidade que os verdadeiros arquitectos também se enganam.

Mas com o saber e a humildade de todos os aveirenses, podemos ter uma cidade mais humana, mantendo as marcas fundamentais do seu passado, muito obrigado."

AVEIRO NO PRESENTE - Interveniente - Sr. Arqtº Pompílio Souto

Arqtº Pompílio Souto:

"Em primeiro lugar, queria agradecer a título pessoal ter sido convidado para esta sessão. Queria agradecer também na qualidade de docente do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro, penso que é uma oportunidade que me é dada e é dada também a um elemento do Departamento de Ambiente e Ordenamento de se pronunciar sobre estas questões, se bem que aquilo que eu vá dizer não obrigue o Departamento, porque os meus colegas não conhecem o teor da minha conversa e por outro lado também queria agradecer a título profissional, porque para além de académico também sou profissional nesta área, exerço a minha profissão, nalguns casos produzindo alguns trabalhos que não têm apenas a ver com a execução ou cumprimento de um contrato, tem a ver com algum trabalho de investigação nestas áreas. "

Seguidamente, disse que iria enunciar muito sumariamente aquilo que pensa que são os conflitos, os problemas e as ameaças que se colocam hoje à cidade; depois também sumariamente iria falar àcerca de alguns casos que lhe parecem paradigmáticos do modo como se tem feito ou permitido que aconteça o processo de transformação da cidade, e os resultados que são visíveis, e também falar de coisas que normalmente são tidas como muito pequeninas, como falar de soleiras e de cotas de soleira etc; finalmente referiu também que abordaria ainda no âmbito desta matéria, o conjunto das novas iniciativas urbanísticas que foram recentemente tomadas pela Câmara Municipal de Aveiro, respeitantes ao lançamento de um conjunto de planos, nomeadamente, Plano Estratégico, Plano de Urbanização, bem como um vasto conjunto de Planos de Pormenor.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

"No que diz respeito aos conflitos, penso que neste momento a cidade vive um conflito entre si e as periferias, não é claro do meu ponto de vista que esteja assumido, quer pelo conjunto dos políticos, quer pelo conjunto dos técnicos e, digo isto, sobretudo pela expressão que tem o trabalho de uns e outros sobre o território, sobre quais são os limites da cidade e onde é que se inicia a periferia e, também não é clara para mim uma estratégia que, relativamente à periferia possa requalificá-la e relativamente à cidade possa obviar a que ela se dilua numa periferia que do meu ponto de vista só se tem agravado em relação ao modo, quer como funciona, quer quanto à imagem que tem. Penso que há um outro conflito que não é muito visível, mas suponho que é importante estarmos atentos a ele, que é o conflito entre os residentes e os utentes da cidade. Penso que é uma potencialidade a circunstância da cidade dispôr da Universidade, no entanto a circunstância da Universidade existir nesta cidade e, tendo em conta a dimensão e a forma desta cidade, criam-se problemas de conflitualidade que a opõem já de alguma maneira em algumas zonas os residentes e as suas aspirações e os seus modos de vida tradicionais e aquilo que são as aspirações e modos de vida dos utentes não residentes da cidade, nomeadamente dos estudantes. Para além desta, suponho que existem também algum nível de conflitualidade no que diz respeito às gerações utentes e gerações residentes na cidade. Em relação às ameaças, citava apenas uma, (e citava esta ameaça de uma forma um pouco provocatória) para mim a Ria, de facto é neste momento para a cidade uma ameaça, também será uma potencialidade, mas do meu ponto de vista, se a cidade não fôr capaz de organizar operativamente o funcionamento da Ria enquanto um espaço que seja para além de lúdico, fonte de riqueza, que esteja ligado ao exercício de um conjunto de actividades poderá constituir-se do meu ponto de vista como uma ameaça e, enfim, em jeito um pouco de provocação, mas com alguma fundamentação, queria referir a Ria como uma ameaça.

Relativamente ao resto, ou seja, áquilo que eu me proporia tratar com um bocadinho mais de cuidado e detalhe, referiria um outro aspecto que do meu ponto de vista é aquele que reveste maior importância para o futuro da cidade e para o presente da cidade; a cidade tem crescido, é aprazível, é agradável, tem uma escala interessante, é particularmente gratificante viver em Aveiro, a qualidade urbana não é tão má quanto

aquela que nós encontramos em cidades do mesmo tipo e da mesma dimensão, no entanto tem-se degradado do meu ponto de vista, tem-se degradado substancialmente o espaço público, o espaço público é uma questão central e suponho que é no espaço público que se jogará muito do futuro desta cidade e que já hoje se joga muito daquilo que são as condições através das quais a cidade pode superar alguns dos conflitos que eu referi anteriormente.

Eu iria abordar a questão do espaço público, tomando como exemplos aquilo que eu poderia considerar o conjunto dos espaços que integram a estrutura espacial fundamental desta cidade, ou seja, o conjunto que é a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, a Ponte Praça, a Rua Direita, a Praça Joaquim de Melo Freitas e a Praça da República, Praça Marquês de Pombal, incluindo a Misericórdia, finalmente as 5 Bicas e a Avenida Dr. Mário Sacramento, até à E.N. 109. Se nós reflectirmos àcerca desta estrutura que é fundamental na cidade, nós podemos com clareza apercebermo-nos do seguinte: herdámos um conjunto de espaços públicos que eram importantes, funcionavam bem e tinham um significado importante para os Aveirenses, herdámo-los, demos-lhes outra utilização e não os soubemos adequar a essa nova utilização, para além de não os sabermos adequar a essa nova utilização, permitimos que eles perdessem o seu significado.

A Avenida Dr. Lourenço Peixinho foi fundamentalmente concebida como passeio público, era um espaço que era balizado por um conjunto de habitações unifamiliares, que tinha dois passeios laterais, duas faixas de rodagem e um separador central que era um espaço de passeio ou seja, um espaço de interacção social.

A transformação desta Avenida operou-se fundamentalmente porque a Estação de Caminho de Ferro passou a ter um desempenho diferente, a Ponte Praça, passou a ter um desempenho diferente, mas sobretudo aquilo que eram as fronteiras laterais deste passeio público passaram a ter um desempenho substancialmente diferente, aquilo que era residência ao nível do rés do chão, foi substituído por comércio, as pessoas que circulavam nos passeios centrais, passaram a circular junto às montras, e o facto é que apesar desta situação se ter invertido do ponto de vista do modo como é fruída a Av. Lourenço Peixinho, nós continuamos a ter em termos de desenho o mesmo desenho que tínhamos quando

aquilo ainda era um passeio público. Daqui advém a incomodidade para os peões, daqui advém menos oportunidades de negócios para os comerciantes, daqui advém do meu ponto de vista a insuficiente rentabilização de uma estrutura que é fundamental para a cidade. Assim, parece-me que valeria a pena em relação a este espaço, repensá-lo corajosamente, democraticamente, penso que é um problema importante, mas suponho que é de toda a urgência repensar a Avenida Lourenço Peixinho, atribuindo àquilo que é o espaço de usufruto dos peões e dos cidadãos, que são os passeios laterais, o espaço que está a mais no ex-passeio público central. Existem na Avenida Lourenço Peixinho, menos bancos, do que Bancos, ou seja, existem catorze bancos e quinze instituições bancárias; se calhar não é grave... não é grave porque ninguém se senta lá, mas de facto se esses bancos estivessem localizados numa área de utilização intensiva dos peões, faziam sentido, animavam a Avenida Lourenço Peixinho e podiam tornar um factor de dinamização da vida urbana. Chegando aqui à Ponte Praça, devo-vos dizer que se alguém desembarcar na Estação de Caminho de Ferro e tiver vontade de urinar, só o pode fazer um quilómetro depois, que é aqui na Ponte Praça, e, se chegar da 109, só um quilómetro e duzentos metros depois é que pode dar vazão às suas necessidades, o que acho que é notável. A Câmara Municipal e muito bem, em minha opinião, fez uma intervenção recente na Praça Joaquim de Melo Freitas, eu, ainda sou do tempo de que o centro da cidade era a Ponte Praça, isto na altura em que as pessoas se reuniam na Praça Joaquim de Melo Freitas, era nas proximidades desta Praça que se contratavam os serventes dos marnotos, era na Ponte Praça que as pessoas se encontravam, se reconheciam nos seus problemas e discutiam as suas questões. Isso perdeu-se, e perdeu-se fundamentalmente, por um lado porque se instalou o Banco Borges no antigo Café Arcada, (já agora era capaz, não sei se está aqui alguém do Sindicato dos Bancários, de ser interessante chamar atenção do Sindicato dos Bancários) que quando todos os Bancos se instalaram em todos os Cafés das pequenas e médias cidades, o Sindicato dos Bancários não protestou, tal como protestou quando a IURD se tentou instalar no Coliseu do Porto. De facto esse movimento não existia antes em Aveiro, mas isso foi do meu ponto de vista uma atitude criminosa, uma atitude criminosa cometida pela instituição bancária e uma atitude não menos criminosa por parte de quem permitiu

que a quela instalação de fizese; mas a Câmara Municipal fez uma intervenção na Praça Joaquim de Melo Freitas, é uma intervenção bem vinda, mas que, do meu ponto de vista, e perdoem-me os técnicos e perdoem-me os autarcas, tem alguns aspectos sobre os quais eu penso que vale a pena reflectir, ao nível das coisas pequeninas, dificilmente alguém se sentará nos bancos que estão na Praça Joaquim de Melo Freitas, sem correr o risco de apanhar um pneumonia, a localização dos bancos é a mais inconveniente que poderia existir, parecia-me mais razoável que os bancos estivessem protegidos do vento norte que é tradicional em Aveiro e que é frio e húmido em Aveiro, portanto parecia-me mais razoável que os bancos estivessem do outro lado. Também me parece que é controverso e criticável o modo como estão localizadas as árvores nesta Praça, não me parece que as árvores tenham apenas o carácter da animação do espaço, da sua valorização estética, suponho que eles podem desempenhar um papel, contributo à amenidade de quem utiliza os bancos e, a localização que têm relativamente aos bancos não contribue para isso; donde que me pareça que em relação a intervenções deste tipo às vezes fica-se àquém daquilo que seria desejável e, este àquém daquilo que seria desejável, penso que não exigiria muito mais do que alguma cuidadosa ponderação de alguns aspectos se calhar tidos como menores. Uma outra observação ainda em relação a esta Praça, suponho que é a Câmara Municipal que é proprietária do estabelecimento que faz venda de artesanato, mas se calhar era melhor destino que lá ocorresse outra actividade do aquela e se calhar aquela actividade podia desenvolver-se em espaços, por exemplo abandonados pela Rota da Luz ou Comissão de Turismo, aqui no rés do chão deste edifício onde estamos.

Avançando para a Praça Marquês de Pombal, felizmente que desta Praça não saiu a Escola, era um desejo da Câmara anterior, suponho que isso é um passado, suponho que finalmente se reconheceu a existência de uma Escola neste espaço, é fundamental para a sua animação e é fundamental para a sua segurança, e é fundamental para a comodidade dos cidadãos, e ainda bem, portanto daqui saúdo a Câmara no reconhecimento do erro que iria ser cometido; falo da Rua Direita e falo da Rua Direita para dizer que é um problema que suponho que não pode persistir por muito mais tempo, é importante que a questão seja assumida com frontalidade, os peões e os automóveis, naquelas condições de

desenho e de perfil transversal, convivem mal, suponho que valeria a pena reflectir acerca disso e, se a Câmara tiver algum interesse nós temos algum trabalho produzido que podemos pôr à disposição da Câmara no que diz respeito ao eventual redesenho desse percurso, em benefício da conivabilidade de automobilistas e peões, que eu penso que é fundamental nesta cidade. Relativamente à Praça Marquês de Pombal, tenho para oferecer no final desta minha intervenção, à Assembleia Municipal, um estudo que foi feito por um aluno da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, que hoje é Arquitecto, o Arquitecto Rui Ventura, que estagiou no meu escritório, e que no âmbito do trabalho que fez no meu escritório, em conjunto comigo produzimos uma proposta de redesenho e reorganização do espaço público e dos espaços de circulação automóvel e pedonal e de localização das actividades na Praça Marquês de Pombal; a Praça Marquês de Pombal é uma das poucas Praças que existe nesta cidade, que está desertificada e em vias de acréscimo de desertificação, está colonizada por uma circulação automóvel sem qualquer sentido onde não se dá oportunidade a que as actividades instaladas animem e aumentem a segurança do espaço público existente nesta Praça; por estranho que pareça o trabalho foi produzido, foi oferecido à Câmara Municipal na gestão anterior, por duas vezes e por carta, como a Câmara Municipal não o aceitou, ou não viu nesse trabalho qualquer interesse apesar de não o conhecer, eu tomava a liberdade de © oferecer à Assembleia Municipal.

Mais acima nas Cinco Bicas e pegando na Sé, queria saudar o projecto da Câmara e a obra realizada pela Câmara, na envolvente da Sé, considero que é um trabalho particularmente interessante, muito feliz, contribui para a requalificação do espaço Adro da Sé e confere-lhe uma dignidade e uma qualidade que ele não tinha anteriormente e uma apazibilidade que ele não tinha anteriormente, a iluminação que foi feita lá e que foi feita em alguns edifícios desta cidade, penso que são um contributo importante para a qualificação do espaço público e também queria aqui louvar a Câmara e os técnicos que trataram desta matéria por estes resultados, mas em relação à Sé, penso que está criado um problema extremamente grave, esse problema é a ausência de estacionamento; reparemos que a Sé precisa de estacionamento para o exercício do culto, contíguo à Sé existe o Museu, Aveiro só tem aquele

Museu, quando alguém quer visitar o Museu, vindo de camioneta ou vindo de automóvel, não tem condições para parquear nas imediações, penso que isto é grave e este problema vai-se agravar ainda mais quando fôr concluída a Avenida Central e, por isso aqui deixo um alerta para esta questão. E por aqui poderíamos continuar até à 109, escuso-me de fazer isso e, escuso-me de fazer isso para citar o seguinte: eu estou a fazer a enumeração destas pequeninas questões assim um pouco à pressa, porque me parece que estes pequenos exemplos nos podem alertar para preocupações que haveríamos de ter numa altura em que a Câmara Municipal, e ainda bem, lança ombros à tarefa de dar execução ao conjunto de planos extremamente importantes; esta iniciativa tem virtualidades, esta iniciativa tem riscos e, era sobretudo para os riscos que eu queria chamar atenção e por isso estava a citar estes pequenos detalhes como circunstancialismos que me parecia que haveriam de ser tidos em conta no desenvolvimento desses planos; claro que isto era matéria que exigiria mais conversa, isto hoje não será possível, talvez numa próxima oportunidade isso seja possível; mas, gostaria ainda de falar de duas outras coisas, dois outros bons exemplos de como as coisas não podem acontecer: falava de Santiago e falava da Forca-Vouga, são dois exemplos de duas áreas novas da cidade, sujeitas a plano, plano ponderado, realizado por técnicos concerteza competentes e executado por uma autarquia desejosa de bem servir os cidadãos; não é fácil entretanto no terreno e em muitas circunstâncias perceber a bondade destas intenções, não é excessivo penso eu, reconhecer que apesar dos vultuosos investimentos feitos nos espaços públicos de Santiago eles se tornaram mais seguros e aprazíveis, talvez se tenham tornado mais bonitos, mas mais seguros e aprazíveis tenho dúvidas; por outro lado Santiago tem uma particularidade que me parece muito importante e sobre a qual eu pedia também que reflectissem em relação aos conflitos de que eu falei há bocado. Parece-me que não é permitido aos utentes de Santiago, aos residentes do Bairro de Santiago, albergarem ou alugar quartos, penso que se esta medida existe, é uma medida sobre a qual valeria a pena ponderar, porque a ponderação sobre a validade ou a oportunidade desta disposição, é capaz de contariar uma das formas de contribuir para a pacificação dos conflitos que hoje existem entre cidadãos residentes e utentes desta cidade, nós vamos ter no ano 2000 cerca de

quatro vezes mais estudantes do que cidadãos residentes, isto significa que em períodos de fim de semana e de férias, grandes troços da cidade serão desertos, isto significa que um conjunto bastante significativo de actividades vão ter picos que dificilmente poderão ser suportados, isto significa que muitos espaços públicos serão colonizados por segmentos etários e pessoas que têm do espaço público uma noção completamente diferente daquela que têm os residentes; parece-me que, adequar as tipologias arquitectónicas, ou seja, adequar as casas a poderem albergar complementos de espaço que pudessem ser arrendados em condições interessantes a estudantes, poderia-se favorecer um bom relacionamento entre estudantes e cidadãos, por um lado, e por outro lado obviar a que houvesse grandes áreas da cidade desertas nos períodos de baixa que eu referia anteriormente. Em relação à Forca-Vouga a questão é mais grave, e é mais grave porque todos temos consciência de que aquilo é um espaço urbano que tem muito poucas qualidades, tem muito poucas qualidades quer pelo desenho, quer pela falta de rigor nas cotas, é difícil encontrar condições para executar um passeio tendo em conta os acertos das cotas de soleira, é difícil encontrar razoabilidade para o número de estacionamento que existem lá, devo-vos dizer que existem lá os S.M.A., os Serviços de Notariado, e para estes serviços que mexem com tantos cidadãos, existem vinte e quatro lugares de estacionamento, isto é perfeitamente surrealista, é impossível que isto funcione de uma forma capaz e, suponho que isto é grave, quando nós olhamos para um Plano que dá origem a um troço de cidade feito de novo, sem compromissos de topografia, sem compromissos que não sejam os da apazibilidade e bom funcionamento do lugar e do sítio e reconstatamos que isso não tem nada a ver com aquilo que são de facto as exigências do lugar e do sítio, mais a esse nível e introduzindo uma nova questão, parecia-me que era importante reflectir o seguinte: sabem que se eu viver em Santiago e quiser ir pagar a água aos S.M.A., não tenho autocarros do STUA que me levem lá, tenho que ir a pé, parece-me que estamos a cometer o risco de, em Aveiro fazer algumas coisas que se têm feito nalgumas outras cidades deste país, que é investir muito na rede viária em nome da acessibilidade, descurando a circunstância de acessibilidade significar capacidade de se deslocar, parquear e circular a pé e, em Aveiro o que acontece e cada vez acontecerá mais, se esta tendência não se inverter, e eu acho que isto é

um problema grave do espaço público em Aveiro, é que é o espaço público para circular, para circular de automóvel sem capacidade de parquear e depois circular a pé, que é o fim último de qualquer automobilista. Portanto, pegando nestes exemplos sumariamente descritos, queria agora rapidamente falar àcerca das iniciativas urbanísticas da Câmara do Sr. Professor Celso, a Câmara do Sr. Professor Celso decidiu e em minha opinião muito bem, lançar um conjunto de Planos de Pormenor, um Plano de Urbanização para a cidade e um Plano Estratégico, todos estes instrumentos de Plano são fundamentais, mais, construir a cidade é um resultado do Planeamento da cidade, mas é também o resultado das políticas que se enunciam para a cidade e dos desenhos e imagens de futuro e de presente que se estabelecem para a cidade; não sei se de facto existem essas políticas, não sei se de facto virão a existir esses bons desenhos e essas imagens do futuro, mas eu fico preocupado, quando constato que esta iniciativa assume o carácter de uma atitude provavelmente, se calhar, mais técnica/administrativa do que político/administrativa, ou seja, a sensação que dá, é que concluído que foi o Plano Director Municipal, se pegou em cem mil contos, que eram as disponibilidades do orçamento da autarquia, e se resolveram lançar um conjunto de Planos de Pormenor que estavam previstos no PDM; provavelmente não terá sido assim, imagino que não tenha sido assim, mas a reflexão sobre a localização dos Planos de Pormenor, a reflexão sobre os objectivos que estão subjacentes a cada um dos Planos de Pormenor ou a insuficiência deles e o modo como se antevê que este conjunto de trabalhos pode ou não ser articulado, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista político, dá-me a sensação que não foi (peço desculpa ao Executivo autárquico) suficientemente ponderado, e isto tem riscos, e eu queria chamar-vos a atenção de alguns riscos: um Plano de Pormenor, é um Plano Projecto, lança-se um Plano de Pormenor quando se tem um projecto âncora; não se lança um Plano de Pormenor para gerar a especulação imobiliária ou para criar compromissos de investimento para os quais não se tem garantido à partida o fundo de maneiço necessário, lança-se um Plano de Pormenor quando se visa dar consistência à cidade, lança-se um Plano de Pormenor quando há condições para de facto concretizar no terreno aquilo que são os pressupostos de objectivo de estratégia política e os objectivos de

estratégia de Plano que estão pressupostos naquilo que fica desenhado e, a sensação que eu tenho é que isto não existe, e eu queria dar-vos alguns números e, os números que tenho são calculados de um modo que pode ser considerado errado e eu vou dizer qual foi o modo como estes números foram alcançados, mas estes números são particularmente preocupantes para mim; para já, queria dizer que este trabalho de avaliação das qualidades do espaço público, de que eu citei apenas alguns exemplos, e estes trabalhos de quantificação que eu vou referir relativamente aos Planos de Pormenor, foram trabalhos produzidos por um conjunto de licenciados do Departamento de Ambiente e Ordenamento: o conjunto de Planos de Pormenor que foram lançados correspondem a trinta e nove bairros da Beira-Mar, ou seja, se nós somarmos as áreas de intervenção previstas nos Planos de Pormenor, temos o equivalente a trinta e nove bairros da Beira-Mar; se nós considerarmos os preços que são necessários em investimento para realizar as infraestruturas que poderão dar exequibilidade àquilo que estará previsto nestes Planos de Pormenor teremos necessidade de quatro orçamentos da autarquia, se o orçamento da autarquia for 3,3 milhões de contos, ou seja, temos um investimento de infraestruturas necessário de treze milhões, trezentos e cinquenta e um mil contos; se nós concluirmos estes Planos de Pormenor nós temos uma área de implantação de doze milhões, duzentos e oitenta e três mil metros quadrados de construção, temos um volume de construção de quatro milhões, duzentos e vinte e três mil metros quadrados, ou seja, se nós considerarmos que em Aveiro se vem a construir em média por ano, duzentos e cinquenta fogos na área urbana da cidade, nós com este conjunto de Planos de Pormenor, estamos a criar alojamentos para os próximos cento e dois anos; este cálculo foi feito do modo seguinte: considerou-se a área do Plano de Pormenor, considerou-se o que está previsto ou no próprio Plano, em termos das áreas de construção, ou da predominante que está prevista no PDM para cada uma da área do Plano, estabeleceu-se que há três tipologias de habitação: a unifamiliar, a de três pisos e a de cinco pisos, pegou-se em referentes para habitação unifamiliar, a "Habitovar" que é um investimento imobiliário de uma Cooperativa não localizada aqui, mas da qual dispunhamos de elementos, do Bairro da Gulbenkian e do Bairro do Liceu, da 2ª fase, depois estabelecemos uma área de implantação e uma área de construção em que

se teve em conta cerca de 80% para habitação, 10% para serviços e 10% para comércio, nos casos onde o Plano prescrevia outra coisa, prescreveram -se outras Tabelas e considerou-se que haveria em média por fogo, 110m² e assim se obteve o número de fogos. Queria dizer o seguinte: estas contas podem estar erradas, nós podemos ter feito isto pelo dobro, vamos aceitar que estamos a planear alojamento para os próximos cinquenta e um anos e não para os próximos cento e dois, vocês acham que é razoável fazer uma antevisão daquilo que pode ser daqui por cinquenta e um anos a necessidade de alojamento desta cidade? será que as casas que nós necessitamos daqui por cinquenta anos são as casas que nós somos capazes de projectar hoje? será que é possível a Câmara Municipal desembolsar quatro orçamentos para realizar as infraestruturas de tudo isto, eu não acredito que seja razoável, e os Srs. Deputados poderão dizer, mas isto não é para fazer tudo de uma vez, mas se não é para fazer tudo de uma vez, que se planeie aquilo que apenas tem condições para executar, porque planear mais do que isso é criar riscos, riscos ao nível da incerteza da adequação daquilo que projectamos, àquilo que são as nossas necessidades, riscos de que se promova a especulação imobiliária, riscos de que tenhamos dificuldade de que quando daqui por cinco ou dez anos tivermos a certeza daquilo que deve aparecer nas "Glicínias" o possamos fazer com eficácia, porque entretanto já lá não estão instalados três ou quatro prédios, mais não sei quantos milhares de contos em infraestruturas que afinal de contas não correspondem àquilo que são as nossas verdadeiras necessidades nessa altura.

Ficava-me por aqui, voltava a agradecer o convite que me foi feito e sublinhar que esta minha intervenção apesar de nalguns casos um pouco "animada" um pouco "apaixonada" não tem qualquer sentido de melindrar seja quem fôr, tem o sentido de contribuir para uma reflexão que eu penso que é extremamente importante ser produzida, por órgãos tão importantes como este que é a Assembleia Municipal."

Presidente da Mesa:

"Sr. Arquitecto muito obrigado pela sua intervenção. Dava oportunidade a quem quisesse intervir. Caso contrário, passaríamos ao

orador seguinte e então no final haveria os comentários que entendessem por convenientes.

Portanto sendo assim, vamos de facto prosseguir e dava a palavra ao Sr. Prof. Dr. Júlio Pedrosa, para então fazer a sua explanação sobre Aveiro no futuro."

AVEIRO NO FUTURO - Interveniente - Prof. Dr. Júlio Pedrosa

Prof. Dr. Júlio Pedrosa:

"Muito obrigado Sr. Presidente, deixe-me começar por lhe agradecer o convite que me transmitiu em nome da Assembleia, cumprimentar os Srs. Deputados e dizer-lhes que é com todo o gosto que aqui estou hoje como cidadão desta cidade, para cumprir a minha obrigação de dar algum contributo para a reflexão que creio que está na mente desta iniciativa.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, referiu que eu iria ter um contributo sobre a urbanização da cidade em relação ao futuro; queria esclarecer que o entendimento que eu tive do convite que me foi feito, foi o de contribuir para reflectir sobre a construção da cidade, construção aqui entendida não no sentido físico, mas no sentido de fazer a cidade de Aveiro certamente com a sua componente física mas, sobretudo tendo em vista os cidadãos desta cidade e, é esse contributo que procurarei dar.

É óbvio que vou propôr-lhes a minha visão de Aveiro, isto é, aquilo que é o meu pensamento sobre os elementos que eventualmente devemos ter em conta, se quisermos pensar o que pode ser esta cidade daqui aos tais cinquenta anos. E sobre as medidas que eventualmente devemos acautelar para que o castanheiro que se plante hoje permita que as suas castanhas ainda se comam daqui a duzentos anos, ainda é um pouco esta a lógica da minha intervenção. Não venho portanto trazer nenhuma certeza, venho apenas trazer propostas para reflectir o futuro. As intervenções anteriores permitiram naturalmente recordar as origens de

Aveiro, percorrer alguns aspectos da sua história urbana, reconhecer na cidade que hoje temos, marcas do passado; tivemos a seguir, no contributo do Sr. Arqtº Pompílio Souto a sua análise daquilo que é a cidade hoje. Creio porém, que neste momento da minha intervenção seria útil que cada um de nós respondesse à pergunta seguinte: quais são os atributos, as actividades e as funções que se associam normalmente a Aveiro e que possam servir para afirmar a sua identidade e basear uma estratégia para o seu desenvolvimento, isto é, qual é a imagem de Aveiro junto da opinião pública ou junto de quem faz opinião pública. Concordarão que é fácil encontrar gente que ligue Aveiro à gastronomia, ao bem receber, aos ovos moles e às enguias; também não será difícil que se associe Aveiro à Ria, que quem vive em Lisboa quando fala em Aveiro lhe ligue a Ria de Aveiro; mas é bom que tenhamos presente que se liga Aveiro à Ria, nuns casos admirando os encantos, noutros referindo a poluição e o mau cheiro. Conhecemos ainda muitos de nós quem veja em Aveiro dinamismo industrial e comércio de qualidade, quem se lembre das actividades marítimas e da pesca e quem recorde a produção e o comércio de sal quando se fala de Aveiro; haverá quem tenha sensibilidade ou experiência política e associe Aveiro a lutas liberais, a nomes como José Estêvão, a Congressos da Oposição Democrática, mas, o que importa sobretudo para pensar o futuro é saber quais são os elementos destas imagens ou de outras, que servem para perspectivar o futuro da cidade; cidade entendida aqui mais como a "polis" no sentido Grego, do que como a "urbs" no sentido urbano Romano, isto é, cidade, espaço de habitação, de governo, da política e da vida, mas também cidade, lugar, suporte das actividades económicas das pessoas, ambiente de formação de comunidades, é sobre esta cidade e sobre a sua construção que eu gostaria de reflectir; e, reflectir pensando que as cidades Europeias do século XVIII, XIX, cresceram e afirmaram-se, uma grande parte delas com base na actividade industrial e na transformação de recursos naturais próximos, é também verdade porém, que as cidades modernas e as mais dinâmicas procuraram vocações novas em tempos recentes e, descobriram até funções para si e para as regiões que as acolhem que não era possível pensar no século XIX; é ver o caso de Barcelona, é pensar em Liverpool, é pensar em Bruges ou em Berlim e, encontramos aí saídas diversas para renovar funções de cidades.

Ora nós vivemos já naquilo que é hoje chamado a era pós-industrial e, perspectivam-se sociedades que se designam de pós-modernas, associando-se a qualquer destes termos a ideia de que há uma mudança radical na principal fonte de riqueza e de bem estar dos povos, é que ela já não será o recurso natural, mas é hoje e será sobretudo no futuro o saber e o conhecimento das pessoas. Houve tempos em que a produção agrícola e as terras eram a sede do poder e a fonte principal da riqueza e estamos num território onde isto é bem verdade. Também sabemos que a posse de matérias primas e de recursos minerais foi crucial e, pensou-se que o seria sempre para o desenvolvimento, porém está hoje provado que é quem domina a capacidade de transformar essas matérias primas e esses recursos e de lhe acrescentar valor que enriquece. Reconhece-se facilmente que as sociedades mais desenvolvidas de hoje são aquelas que levaram mais longe a educação a formação e a qualificação das pessoas e, compreenderão concerteza que as sociedades modernas e as do futuro sejam aquelas que há bocadinho disse, que fazem do saber e do conhecimento a base da sua riqueza; é que quando os computadores se transformam em miniaturas do que eram há vinte anos, quando se valorizam as redes de comunicações, quando é possível em tempo real estar a falar para todas as partes do Mundo a custo acessível, as formas de aceder ao conhecimento e à informação que dá riqueza alteraram-se completamente, isto quer dizer, que para pensar Aveiro e o seu futuro, ou temos presente que os factores fundamentais para o desenvolvimento estão hoje na capacidade de criar e de ter acesso ao saber, ou não compreendemos nada daquilo que comandará o futuro das sociedades, é que, são as pessoas e a sua qualificação que vão comandar o progresso. Aveiro não tem um número muito grande de pessoas, aquele que eu obtive do censo de 1991, foi de que no concelho viveriam então cerca de setenta mil pessoas, isto é, só para termos uma referência, no concelho de Aveiro viveriam nessa altura tantas pessoas como em Oliveira de Azeméis ou em Penafiel, ou na Figueira da Foz ou em Valongo; nessa altura a população do concelho seria metade de Coimbra, Braga, Matosinhos e, seria pouco inferior a Viseu, a Viana do Castelo ou Barreiro; se eu faço essas referências é para nos darmos conta que não é certamente o número de pessoas que determina a qualidade e a natureza das funções das cidades; no entanto, é bom termos presente que Aveiro e Ílhavo têm cem mil

peças e que, na região aqui à volta num raio de trinta quilómetros teremos provavelmente trezentos e cinquenta mil habitantes, isto é, teremos metade das pessoas que vivem no concelho do Porto, de Lisboa e, mais ou menos o mesmo número de pessoas que vivem no concelho do Porto, num raio de trinta quilómetros, trinta e cinco, de Aveiro e Ílhavo, quer dizer que estas terras de Aveiro ou de Aveiro e Ílhavo, onde moram estes cem mil habitantes, têm da sua vizinhança cerca de uma dezena de concelhos e de trezentos e cinquenta mil pessoas, que distam delas meia hora de automóvel, isto é, se calhar menos ou tanto tempo quanto se leva a ir da Foz a Stº Ildefonso em horas de ponta. Portanto, se o futuro de Aveiro depende daqui fixar pessoas altamente qualificadas, bom será começar por dar aos seus próprios habitantes e às pessoas que vivem nesta região, razões para que se não mudem e criar razões para que os que de fora vêm sejam dos melhores e mais capacitados; como se pode então partir desta introdução (e perdoem-se pelo seu comprimento), para pensar Aveiro e o seu futuro numa era pós-industrial? eu proporei a V.Ex^{as} que se encare o futuro de Aveiro apostando nas seguintes oito linhas estratégicas, primeiro: fazer de Aveiro uma situação exemplar do ponto de vista ambiental; volto às minhas imagens do princípio, isto significa portanto lançar o desafio de transformar a relação negativa que eventualmente existe em algumas cabeças, entre Aveiro/poluição, numa relação positiva, isto é, passar a associar Aveiro no futuro a uma região de altíssima qualidade ambiental, é que se os sítios das cidades são sempre importantes na sua imagem e na definição das suas funções principais, creio que Aveiro devia fazer do seu sítio a sua verdadeira embalagem da sua imagem futura, uma embalagem única, uma embalagem bela, uma embalagem atractiva. Proponho por isso que se estude com competência, com sensibilidade, mas sobretudo com amor a Aveiro, a relação da cidade com todas as zonas húmidas, com os Canais, com a Ria, com as Salinas e, que se faça da área poente da zona urbana, um deslumbramento para quem quiser em Aveiro fazer lazer e recreio, compatível (e se calhar até salvador das actividades tradicionais que nessa área da cidade se desenvolveram e se desenvolvem), trate-se de todos os canais da cidade e das suas frentes urbanas com sabedoria, mas também com carinho; salve-se a Beira-Mar de todos os bem intencionados desejos de lhe mudar a face e repita-se o esforço que fez da Jerónimo Pereira Campos, a

verdadeira jóia da coroa das recuperações de edifícios, salvem-se enfim todos os prédios e quarteirões que sejam marcas com significado no património dos Aveirenses e do país.

Segunda linha: criar uma face urbana de qualidade inquestionável para os que a habitam e a visitam. Isto faz-se criando naturalmente opções viárias e transportes, mas faz-se também pensando nos peões, pensando em promover a bicicleta, pensando em promover o transporte público de qualidade, oferecendo enfim, ao automóvel o seu lugar compatível com estes outros; faz-se estimulando as opções estéticas nas edificações, nas praças e nos quarteirões que sejam de bom gosto, faz-se estimulando, expandindo, como a cidade tem feito os jardins, os parques e as zonas verdes.

Terceira linha de pensamento, que vos proporia: fazer de Aveiro um sítio de compras que se deseje e se desfrute. A cidade é já conhecida e é procurada por apreciadores da qualidade de boa parte do seu comércio; sendo certo que o clima ameno, a luz especial de Aveiro, o cheiro a maresia, a qualidade da gastronomia são factores importantes para atrair visitantes, existem condições singulares e capacidades para fazer da cidade um grande espaço de comércio de qualidade. Tomemos nota que Aveiro dista quarenta, quarenta e cinco quilómetros do Porto e de Coimbra, há volta de sessenta de Viseu e Aveiro fica no centro de uma rede viária, a A1, a IP5, que a liga de forma privilegiada ao "interland" espanhol, a Salamanca, Valladolid, mas mesmo Madrid fica só a cinco horas e Lisboa a duas horas e meia; encontrar formas de atrair a Aveiro uma parte importante de visitantes destas origens durante todo o ano, deve estar no espírito das preocupações estratégicas da cidade, que fica no centro do cruzamento da A1 com a IP5 e que tem a Linha do Norte a passar-lhe à porta.

Quarta ideia: rever as relações da autarquia com as autarquias vizinhas para articular estratégias de desenvolvimento; a mim parece-me que Aveiro pode ser e, se calhar deve ser o motor de relações inter-autárquicas novas, de vantagens mútuas naturalmente, articular-se nas opções sobre as instalações de equipamentos culturais, desportivos, de saúde, de educação e formação, podem ser formas de criar relações novas e inivadoras entre autarquias vizinhas. Nós saudamos e conhecemos da Comunicação Social as conversações e o trabalho entre

Aveiro e Águeda sobre transportes, está aqui um exemplo de trabalho inter-municipal que se pode naturalmente estender para pensar em conjunto a ocupação do espaço contíguo sobre a utilização do solo nos interfaces. A construção da IP1, da IP5 e da Auto-Estrada, fizeram de Albergaria-a-Velha por exemplo, um concelho cuja vocação de desenvolvimento industrial devia ser naturalmente apreciado e considerado na estratégia de desenvolvimento das autarquias que lhe são vizinhas, Aveiro incluído, não faz nenhum sentido ocupar solos de especial aptidão agrícola com indústrias em Aveiro e ensaiar agricultura em solos pouco vocacionados em Albergaria-a-Velha. A relação com Ílhavo por exemplo, devia ser neste contexto atendida de forma particular, em ambos os concelhos a água e a ria ocupam um lugar especial, a possível ocupação urbana e industrial em excesso, em qualquer dos concelhos tem que ser analisada se calhar com os mesmos instrumentos, porque os solos são parecidos, a localização da Universidade num território que está praticamente na interface, devia levar a Planos de Pormenor ou semi pormenor, conjuntos, para ajudar à inter-relação naquela zona do território urbano, como por exemplo, as formas de explorar a Lagoa do Paraíso, de que se tem falado ao longo dos tempos, interessam aos dois municípios de forma idêntica e, eu gostaria bem que essa fosse verdadeiramente a forma de ligar as duas comunidades em vez de se pensar em novas vias de comunicação.

Ponto cinco: tirar partido da localização em relação às principais redes viárias e do novo Porto de Mar. Aveiro tem uma vizinhança povoada de cidades pequenas e médias e, está particularmente bem ligada a grandes aglomerados urbanos; eu lanço o desafio de que se invente a forma de tecer redes de relações entre estas cidades, que sirvam as diferenças entre elas, é que as redes são no futuro a melhor forma de estimular a cooperação e nem todos terão vocação para as estabelecer, Aveiro poderá aqui ter vocação especial por não ser hegemónica em relação a nenhuma, nem ter especial aptência para criar medos que outros interlectores poderão criar.

Sexta ideia: potenciar funções e dinamizar actividades empresariais baseadas em centros de saber altamente qualificados; a implantação de indústrias por si só não é já como disse atrás necessariamente a forma mais eficaz de potenciar o futuro, a modernização e o progresso das

Handwritten signature: *[Signature]*
Handwritten initials: *[Initials]*

idades; pode mesmo ter efeitos perversos se for inibidora ou condicionante forte à atracção de recursos humanos qualificados; isso acontece e tem acontecido quando se desfeia agressivamente a paisagem, quando se impede o desenvolvimento de zonas residenciais e de recreio harmoniosas, isto é, quando se impedem opções facilitadoras da vida das pessoas, com qualidade, do transporte rápido, da fixação de quem procura normalmente ambientes qualificados; manter espaços de agricultura e sobretudo agricultura nova, pode ser uma forma de incentivar actividades complementares que as sociedades futuras apreciem muito mais do que a sociedade actual; criar zonas de lazer bem integradas e cuidadas, pode potenciar actividades económicas que nós hoje ainda nem imaginamos, isto é, ter-se presente que as indústrias de tecnologias mais avançadas, requerem quadros mais qualificados e mais exigentes em relação à qualidade de vida, significa pensar a cidade nestes aspectos. Aveiro e, peço-lhes que use alguma experiência própria para acreditar em algumas das referências que farei a seguir, Aveiro pode considerar-se hoje um centro de conhecimento avançado em alguns domínios que são importantes em sociedades desenvolvidas e, eu penso que se se escolherem estratégias de valorização empresarial do saber, como atrás disse, se podem estimular em Aveiro parcerias que dêem capacidade, que tirem partido dessas capacidades; estou a pensar que poderá valer a pena reforçar e fazer deslocar para Aveiro estruturas de investigação ligadas ao mar e aos recursos marinhos, ligadas ao ambiente, ligadas às telecomunicações, ligadas à engenharia biomédica e aos materiais avançados, porque estas são áreas onde existe já capacidade instalada, é que fazer-se isso pode ser a melhor forma de abrir caminhos e criar fundações para a modernização económica e empresarial da região e da cidade. Acredito que poderá valer mais a pena gastar energias nestas batalhas, do que esgotar-se na reivindicação dos serviços da administração pública.

Ponto sete: apostar de forma deliberada e forte na Cultura, fazer de Aveiro uma Catedral da Cultura é realizar o melhor investimento para atrair o capital para o seu desenvolvimento, que é a massa cinzenta. A iniciativa empresarial existe já e é reconhecida nestas terras; os recursos financeiros também se mobilizam normalmente quando há bons projectos, as boas ideias nascem normalmente de mentes bem preparadas e alimentam-se de

ambiente cuidado e de qualidade de vida, a vida Cultural de uma cidade, a vida Cultural de Aveiro será portanto uma das componentes essenciais de uma sociedade do conhecimento que se queira aqui instalar.

Ponto oito e final: a Educação e a Saúde, como preocupações prioritárias; fazer de Aveiro um caso exemplar de qualidade; entendo que a dimensão humana desta cidade, a natureza das infraestruturas que já cá existem, a facilidade que ainda existe de dinamizar relações entre pessoas e entre instituições na cidade, o capital de conhecimentos, de experiência e de recursos humanos que existem naqueles dois domínios, são na minha óptica uma excelente base para se poder ensaiar aqui uma experiência piloto de melhoria integrada daqueles dois sectores.

Para finalizar e em resumo diria portanto que, quando a comunicação e a informação estão facilitadas é bom conselho não pensar no futuro de forma fechada, mas antes, perspectivá-lo tomando o lugar deliberadamente bem no centro da aldeia global que é hoje o Mundo. A discussão de estratégias de desenvolvimento, nas parecerias que atrás referi, o reforçar de condições para qualificar e fixar as pessoas em Aveiro, o encontrar interlocutores adequados para cada projecto, estejam eles na cidade ou em autarquias vizinhas, não é tarefa fácil mas eu considero-a decisiva: esta Assembleia creio eu, pode ser um forum qualificado para dar início a uma nova forma de pensar e construir o futuro de Aveiro; não tive aqui ambições de lhes trazer propostas e, muito menos respostas a problemas, a conflitos, a angústias, sobre o futuro de Aveiro, ficarei contudo satisfeito se daqui resultarem alguns temas que mereçam a atenção e a reflexão daqueles que verdadeiramente se interessam por esta terra. Foi há cerca de vinte e dois anos, que eu terei decidido vir viver em Aveiro, sinto-me pois cidadão desta cidade e, é nessa qualidade que lhes vim trazer este contributo. As funções das cidades foram e continuam a ser profundamente influenciadas pela sua situação, pela paisagem e pelas características da região onde se inserem; insisti em que se dê atenção extrema ao sítio de Aveiro e se potenciem as suas especiais condições em relação à região, atrevi-me a alvitrar que a cooperação inter-municipal deve ser preocupação prioritária sobretudo em questões estratégicas; deixei-lhes a convicção de que as sociedades modernas têm no saber, no conhecimento e nos recursos humanos a sua principal riqueza; desejei que Aveiro aposte em criar as condições ambientais,

urbanas, culturais, educativas, de saúde, de lazer, para ser um local de eleição. Tenho esperança de que uma parte, pequena embora, destas ideias e desejos encontrem quem os compreenda. A Vx^{as} agradeço a atenção com que me escutaram, o convite para aqui estar presente, e desejo bem que não os tenha desiludido totalmente, muito obrigado."

Presidente da Mesa:

"Sr. Dr. Júlio Pedrosa, a sua intervenção enquadra-se exactamente naquilo que nós pretendíamos, quando pensamos em construção temos uma certa tendência para objectivar essa construção e portanto o urbanismo vem como uma consequência imediata; por isso insistimos inicialmente e falámos no problema da urbanização; mas quando tínhamos a ideia da reflexão sobre a construção da cidade, é evidente que não nos referíamos só à urbanização, mas à construção numa forma mais global, mais abrangente, que exactamente o Sr. Prof. Júlio Pedrosa enquadrou na sua exposição, como aliás já tinha também sido perspectivada pelos oradores anteriores, porque na realidade a construção dos edifícios, das ruas, dos espaços públicos, de tudo isso que é o urbanismo, vem na consequência do desenvolvimento da construção da cidade no seu aspecto humano. O Dr. Amaro Neves já tinha desenvolvido esse tema e, eu permito-me só aqui recordar uma coisa que eu considere dentro dessa perspectiva, quando se referiu ao alinhamento da Rua dos Mercadores, com a Ponte Praça, com a Costeira, com o Município, com a Misericórdia, como sendo de facto o trajecto que as pessoas seguiam e portanto a utilização que as pessoas davam à cidade e aos espaços em determinada época. Também depois o Sr. Arqt^o Pompílio Souto, referiu-se particularmente aos conflitos entre os residentes e os utentes da cidade e a necessidade de contornar esses problemas e quanto isso pode traduzir depois de importante no aspecto de urbanização, referindo-se particularmente ao Bairro de Santiago. O Sr. Prof. Júlio Pedrosa, voltou outra vez a insistir e aqui abrangeu mais a parte humana na perspectiva que exactamente nós desejávamos que fosse o objectivo desta nossa reunião hoje. Julgo que conseguimos graças à compreensão e à plena exposição dos intervenientes, atingir aquilo que desejávamos."

Vogal Vitor Mangerão:

"Quero cumprimentar os convidados da Assembleia Municipal e quero cumprimentar-mo-nos a nós também por termos tido esta iniciativa

em tempo tão oportuno (Já tardia um pouco possivelmente), mas ainda a tempo de se poder emendar a mão em muitas coisas que vão decorrendo na nossa terra. Digo isto porque, não é possível dissociar as várias formas de abordagem e as várias matérias como elas foram abordadas entre os vários oradores - tudo se liga, há uma ponte comum entre a análise das prevaricações contra o passado, entre a constatação de uma série de conflitos e de aberrações que se estão a construir neste momento em Aveiro e, aquilo que deve ser a perspectiva do futuro de Aveiro; tudo isto está ligado! não é possível falar-se de urbanismo sem se fazer o diagnóstico do social, mas não é possível dizer-se que talvez seja melhor deitar abaixo as árvores da Avenida Lourenço Peixinho, porque já não é passeio público como foi vocacionado, sem primeiro nos interrogarmos porque é que os Aveirenses se metem em casa à noite e não andam na rua. Também não é possível falarmos do problema do estacionamento, sem sabermos até que ponto é que há zonas que devem ser acirradamente defendidas para serem só de peões, ou porque é que Aveiro já foi a alegre e saudável capital da bicicleta, pôs de lado a bicicleta e vive envergonhadamente com medo de ser atropelado pelas costas (como já me aconteceu a mim); são interrogações do social que têm a ver com a cultura, com a história e que têm de fundamentar as opções do urbanismo como nas opções da economia, inclusivé das formas de convivência - tudo isso tem que ser equacionado. Alegro-me muito por ter visto aqui afloradas uma série de questões que já nesta Assembleia, neste mandato, em mandato anterior, várias vozes tiveram necessidade de falar, de lembrar, de criticar; ainda bem que vêm pessoas independentes das políticas partidárias, inclusivamente o Sr. Prof. Júlio Pedrosa nem aqui estava como Reitor, graças a Deus que há cidadãos destes na nossa cidade para dizerem coisas destas, para que se saiba que não são apenas elementos da Assembleia Municipal pelo prazer de criticar, de levantar problemas, de fazer política, não, há questões muito sérias que têm que ser decididas. Vamos aos Planos de Pormenor - tudo passa por isto. Temos um PDM que não foi a Câmara do Prof. Celso que promoveu, foi a lei, porque senão possivelmente não tínhamos PDM em Aveiro, como noutros concelhos, sejamos realistas, mas temos um PDM, que durou anos de gestação, mais do que uma mãe elefante, finalmente deu à luz e, de tal forma, e nós sabemos isto, que teve que se aceitar com coragem,

mas também com medo e, vamos a ver se os nossos receios são fundamentados ou não, que viesse a ser complementado naquilo em que eu não posso ser perfeito, viesse a ser complementado por Planos de Pormenor, e cá estamos nós com Planos de Pormenor à bica; sabe esta Assembleia quantos são? quais foram os concursados? a que regras obedecem? soube hoje de uma "boca" estranha a esta Assembleia que são em número de trinta e nove, e eu não vou assustar-me com os números que o Sr. Arqtº Pompílio, afirmou aqui, primeiro porque eu desconfio sempre que os técnicos também erram muito nessa coisa dos números, depois porque há uma série de argumentos a dizer assim: isto é para fazer daqui a não sei quantos anos; a questão não é essa! é que de qualquer forma há um gigantismo de compromisso assumido pelo Executivo que realmente me perturba, porque eu lembro-me que no próprio PDM houve trabalhos preparatórios, a história da cidade está lá focada, andaram anos a fazer levantamentos de ordem social, económica, cultural, como é que o PDM deu naquilo que deu? é porque estes processos feitos por técnicos também têm buracos, têm vícios, tem pressuposto errados e sobretudo tem isto que nunca deveriam ter: têm ausência de um objectivo, de uma filosofia assumida pelos políticos; esta ligação que forçosamente tem que haver entre o lado técnico e o lado político é aquilo que tem falhado em Aveiro.

O Sr. Prof. Júlio Pedrosa nunca referiu a Universidade, louvo-lhe a elegância e também a isenção que isso significa, se há factor histórico nas últimas décadas que marque qualitativamente a transformação, eu ia dizer, aquilo que foi a sobrevivência de Aveiro, foi a Universidade; porque, uma data de coisas de que se falava em Aveiro quando eu cá cheguei há vinte e seis anos, era o Porto de Mar, que ia revolucionar isto tudo e hoje vê-se o que é o Porto, era a grande pesca de bacalhau, que ninguém dizia que era de Ílhavo, que era de Aveiro e que agora pelos vistos já não conta e, era a tal indústria que vinha por aí a baixo, mas na altura era Cacia que mandava e, hoje, aparentemente pouco mais de manda do que Cacia ainda, era isto, e de tudo isto, a única coisa que ficou, que fundamentou o progresso de Aveiro, que solidificou e que avança para o futuro é a Universidade, precisamente aquilo começou por uma semente mais incipiente e até mais criticada e menosprezada por muita gente, eu lembro-me como é que isso começou porque já cá estava. Agora eu penso, vem

alí o grande desafio que é a regionalização e, é essa palavra que eu não ouvi ninguém aflorá-la e, eu pergunto se face ao eventual mas previsível grande desafio finalmente da reestruturação do país com a tal regionalização, se Aveiro, que tem sido apesar de tudo, tem lucrado mesmo com o esvaziamento de serviços, de ser capital de um distrito, eu pergunto se Aveiro ainda tem tempo para relectir sobre si própria, juntar os esforços, criar uma nova solidariedade e transformar isso tudo numa força própria que lhe dê dignidade e lhe garanta um papel dinâmico, moderno e adequado a essa nova reestruturação das forças regionais, é que, da maneira como estamos não vamos lá, porque a Universidade singrará sempre, Aveiro enquanto cidade pode viver sempre na dependência de uns comércios, de uns quartos arrendados a estudantes, de umas discotecas, de umas coisas assim no género; mas então amanhã será a Universidade a tomar conta da cidade e não a cidade a integrar e a crescer por causa de estar irmanada com a Universidade, é completamente diferente.

Exemplo concreto daquilo em que se perderam já décadas de colaboração possível e, discordando do Sr. Arqtº Pompílio, ao contrário do que se fez em Braga e em Évora, cidades universitárias, também elas de processos novos, nunca aqui em Aveiro se tentou conciliar o possível com o desejável em termos de habitação para os estudantes; a solução de terrenos camarários que fossem vendidos necessariamente para serem construídos ali edifícios, obrigatoriamente com determinado regime de arrendamento como há por exemplo em Braga, que possibilitou que em Braga haja capacidade de receber estudantes, completamente diferente, em Évora a mesma coisa, mas Aveiro nunca se preocupou com isso e hoje pratica os preços mais altos e especulativos do país e, Aveiro tem com a sua Universidade uma relação de amor/ódio que envergonhadamente tenta esconder, mas esta é a verdade. Se não foram as pessoas responsáveis eleitas, escolhidas para assumir os destinos da cidade a tomarem a iniciativa e a darem o grande pontapé em frente, quem diz em relação à Universidade, diz por exemplo em relação a Ílhavo, é uma vergonha esta ancestral animosidade em relação a Ílhavo e, se não formos nós neste período próximo que vem aí, a darmos o exemplo e a mudar isto em termos qualitativos, somos ultrapassados e voltamos a ser concerteza uma vila estagnada como foi no século XIX."

Vogal Cruz Tavares:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes demais queria agradecer as brilhantes intervenções dos oradores desta noite, pela dimensão que deram a este debate e ao tema que hoje nos trouxe aqui. A elevação das intervenções foi de tal modo grande, que é muito difícil um simples Deputado pronunciar-se, salientar, concordar, ou eventualmente discordar de alguma das ideias que aqui foram expandidas; no entanto nós não estamos pra outra coisa, inclusivamente para dizer asneiras e, eu queria ou reforçar ou discordar de algumas afirmações ou de algumas tomadas de posição que os três distintos oradores produziram nesta noite. Antes demais, julgo que é útil enquadrar este debate naquilo que vai ser a preocupação do Executivo e, naturalmente também da Assembleia, que é produzir um Plano Estratégico para Aveiro. Por muito estranho que pareça, este Plano está atrasado pelo menos uma década, estamos agora a dar os primeiros passos no sentido de traçar uma estratégia para o futuro de Aveiro. Por outro lado aproxima-se talvez a passos acelerados outra situação que vai colidir de forma muito profunda com o futuro da cidade e que será eventualmente a concretização do processo de regionalização; muitas das coisas que se disseram hoje têm a ver com isto, com o Plano Estratégico e com o processo de regionalização, sobretudo a intervenção do Sr. Prof. Júlio Pedrosa, que andou exactamente no cerne deste problema, a estratégia e a regionalização.

O Sr. Dr. Amaro Neves, tocou em dois ou três pontos extremamente sensíveis em Aveiro e que já têm sido objecto de debates e de controvérsias por diversas ocasiões e oportunidades e, infelizmente para nós não nasceu daí uma orientação digamos estratégica, uma orientação consensual; o caso que apontou da água, há como sabem uma equipa a trabalhar num Plano Estratégico e, perguntou a algumas pessoas quais eram os recursos estratégicos da cidade; muito simplesmente quando me fizeram essa pergunta respondi que há três recursos básicos em Aveiro, um deles a água, o outro a terra e o terceiro a massa cinzenta; são os três ingredientes estratégicos que podem marcar o futuro da cidade; em relação à água nós sabemos que há realmente uma posição esquisita em Aveiro sobre a água, quando o Sr. Dr. Amaro Neves, mandou projectar um diapositivo com o Canal do Cojo, lembrei-me de um saudoso Professor, que lutou até ao murro na mesa para que o Canal do Cojo não fosse

arrasado; dizia ele que, "todo aquele que entrar em Aveiro, a primeira coisa que deve ver é água, portanto, só arrasarão o Canal do Cojo por cima do meu cadáver", nós de facto já arrasámos mais zona líquida do que construímos, do que alargámos; suponho que no PDM há uma tentativa de alargar o Canal nalguns sítios de um metro para cada lado, é a primeira vez que alguém se lembrou que nós temos uma dependência visceral com a água e, a água será talvez uma das bases do nosso desenvolvimento se a soubermos aproveitar, portanto o meu acordo completo com a valorização desse elemento que me parece fundamental.

Relativamente aos azulejos de Aveiro, criou-se talvez no seio da própria autarquia, não sei bem porquê, mas talvez haja aí uma origem técnica, uma ideia que nasceu de algumas concepções estéticas, que o azulejo é realmente um material pobre, um material para revestir casas de banho e, quando nós deparamos nalguns painéis de azulejo da nossa cidade e sobretudo quando sabemos que em sítios tão inóspitos como o interior do Brasil há azulejos de Aveiro, nós perguntamos: mas porque é que nós usamos este tique da auto-flagelação? de não saber aquilo que temos, não aproveitar, não valorizarmos aquilo que temos, muitas vezes coisas que são realmente pobres, mas no entanto são nossas, marcam a diferença que existe entre nós e as outras cidades. Portanto também estou de acordo que o azulejo, é um material típico de Aveiro, deve ser valorizado, temos actualmente um sector cerâmico dos mais avançados do país e, enfim, algum mérito também existe no Departamento de Cerâmica da Universidade, mas a nossa indústria sediada em Aveiro é das mais avançadas do país e possivelmente da Europa, está ao nível do que de melhor se faz em Itália, na Espanha etc, e portanto também é um factor de que nós devemos orgulharmo-nos e fazer tudo para preservar aquilo que também antigamente de bom se fazia nesse sector.

Finalmente Sr. Prof. Júlio Pedrosa, fazer qualquer comentário sobre a sua intervenção é para mim rigorosamente impossível, devo dizer-lhe que subscrevo a 100% as ideias que expôs, o receio que expressou de Aveiro não ter o ónus de poder ser considerado como uma entidade que queira expandir-se, hegemónizar-se em relação aos concelhos limítrofes, é realmente uma coisa que é da raiz dos Aveirenses, nós não queremos mandar em ninguém, não queremos é que nos mandem mal, mas não queremos mandar em ninguém. Estamos portanto em condições óptimas

para estabelecermos laços eficazes, são, sinceros, com todos os concelhos que interferem connosco, Ílhavo, Oliveira de Azeméis, Albergaria-a-Velha, etc.. Só que essa ausência de projectos hegemónicos, tem o seu reverso, é que nós, e exactamente porque se aproxima a regionalização e porque se aproximam essas coisas todas, nós estamos numa situação em que, como não queremos mandar em ninguém dá a impressão que toda a gente quer mandar em Aveiro e, nós vacilamos entre duas posições extremamente curiosas, há vozes autorizadas, ouvidas, vozes enfim com apoios fortes em Aveiro que defendem a posição que eu consideraria a posição da cinderela, Aveiro é pretendida por Coimbra, é pretendida pelo Porto, vamos calçar o nosso sapatinho de cristal e esperar que venha ou uma região do Porto ou uma região de Copimbra e quem oferecer mais, lá vai a cinderela para o seu príncipe Nortenho ou para o seu príncipe das Beiras; mas há esta posição que é tremenda a meu ver, ainda há pior, que é a posição da colónia, do complexo da colónia, Aveiro tem medo de ser colonizada por não sei quem, Coimbra ou pelo Porto, nós não vamos ser colonizados por ninguém, não há hipótese nenhuma de Aveiro ser colonizada por Coimbra e, a Universidade é quase o garante dessa independência, nem temos qualquer hipótese de sermos colonizados pelo Porto, mesmo que as sedes das empresas sejam todas no Porto, nós nunca seremos colonizados pelo Porto. Portanto daqui pode nascer uma recomendação com letras muito grandes aos Srs. Urbanizadores e aos Srs. Planeadores, que tiverem intervenção no Plano estratégico, que arranjem qualquer sítio para onde Aveiro se expanda, não vai ser para o norte, nem vai ser para Coimbra, talvez o mar, é uma hipótese, ou talvez o IP5 até Viseu, Guarda, Castelo Branco, e passando depois para o lado de lá da fronteira."

Vogal Diogo Machado:

"Sr. Presidente, Ilustres convidados, caros colegas, gostaria de fazer uma intervenção necessariamente rápida até porque ainda me faltam conhecimentos em nome de uma geração que não viveu na Aveiro dos anos cinquenta, não viveu na Aveiro dos anos sessenta e está a viver na Aveiro dos anos noventa. Ouvi com muita atenção as palavras dos oradores convidados, subscrevo em parte e discordo noutra parte, subscrevo quando se diz que são as alterações drásticas entre um passado e um futuro próximo, entre um outro passado e o outro futuro

próximo, que se calhar proporcionam a qualquer cidade, a qualquer meio a evolução necessariamente desejada; já há muitos anos dizia Platão que, é esta dialética do vazio e do pleno que leva a que a humanidade caminhe em direcção a um futuro que se quer cada vez melhor e que cada vez mais satisfaça as necessidades das gentes e os anseios de quem nela se inclui.

Ouvi com muita atenção a intervenção do Dr. Amaro Neves, gostei particularmente pela lição, permito-me discordar num ponto muito simples e, ao dizer que me permito discordar simultâneamente coloco uma questão: se refere nas suas palavras que Aveiro entre 1670 e 1692 faliu, porque beneficiou ou não beneficiou, mas porque sobreviveu a uma evolução dessincronizada, qual será então a sua noção, a ideia que o Dr. Amaro Neves tem sobre a evolução que Aveiro tem sofrido de então até cá, dos seus primórdios até cá, uma evolução sincronizada, uma evolução compatível, uma evolução não compatível, uma não evolução, uma regressão, o que é que se tem passado em Aveiro de então até cá.

Ouvi aqui serem referidas as prevaricações contra o passado que actualmente se estão a levar a efeito, permito-me falar a esta Assembleia numa coisa que para mim é fundamental: não há evolução, não há qualidade naquilo que se pensa ser o melhor caminho para uma cidade, para uma sociedade se não houverem necessariamente prevaricações contra o passado. É dessas prevaricações contra o passado, no bom sentido da palavra, é desses cortes radicais, é desse arrojo que se tem que pôr em qualquer política que se assuma nesta cidade ou em qualquer outra, que nascerão porventura as melhores ou algumas das soluções que terão necessariamente que ser adoptadas no futuro.

Encerraria esta minha intervenção, desejando que daqui a cem anos ou daqui a duzentos anos se possa realizar uma outra Assembleia Municipal importante como esta, se calhar em instalações mais condignas, uma outra Assembleia Municipal que tenha oradores tão ilustres e que porventura algum desses ilustres oradores diga que em Aveiro por volta de 1995, houve uma evolução dessincronizada da cidade que permitiu que essa mesma cidade evoluísse, que essa mesma cidade crescesse e continuasse cada vez mais a responder às ansiedades das gentes que cá vivem."

Vogal António Salavessa:

"Quería primeiro que tudo agradecer as comunicações dos nossos três convidados que foram particularmente enriquecedoras do ponto de vista pessoal; penso também que a Câmara devia ter tido uma palavra nesta matéria, o facto de ser uma sessão extraordinária e de haver uma figura especial de ser admitido a presença de convidados a Câmara também deve ter naturalmente uma palavra a dizer, de início, sobre este tipo de questões; é pena como já foi dito que este debate não tenha precedido, ou que não tenha acontecido há uns anos atrás e não tenha precedido com a devida antecedência a elaboração e a aprovação do PDM, de qualquer forma como já foi aqui sublinhado tendo em conta que estão agora a começar ou a dar os primeiros passos dois elementos fundamentais do Planeamento Municipal, seja o Plano Estratégico, seja o Plano de Urbanização da Cidade, é extremamente útil que se proceda a esta discussão hoje, e mais uma vez sublinho que não se trata de uma iniciativa da Câmara, trata-se de uma iniciativa da Assembleia Municipal. De qualquer forma, de certeza que a discussão não se esgota hoje, ou por iniciativa da Assembleia ou por iniciativa da Câmara, é fundamental que o debate continue, por forma a que estes dois documentos que estão em elaboração correspondam de facto às necessidades de desenvolvimento do concelho; queria só, tal como já foi esclarecido por um orador anterior ou por um membro da Assembleia que interviu antes, que o convite não era nenhum convite particular, mas era um convite decidido pela Assembleia, há mais dois esclarecimentos que gostaria de prestar (desculpem-me a ousadia), por um lado, é que o agradecimento à cerca da não desactivação da Escola Homem Christo, deve ser dirigido porventura à Câmara, mas, não será correcto se não fôr dirigido à Assembleia Municipal por duas razões: quer pelos debates que aqui foram travados e pelas posições políticas assumidas por esta Assembleia e, também pelo facto do Relatório que acompanha o Plano Director Municipal, onde estava prevista a desactivação da Escola, esta Assembleia retirou essa expressão do Relatório do PDM; por outro lado também, dizer que o entendimento que esta Assembleia formulou em relação ao conjunto dos Planos de Pormenor foi à partida, que eles de modo algum eram para implementar a breve prazo no seu conjunto, é evidente que foram priorizados alguns, essa é já uma opção política da Câmara e não uma opção da Assembleia Municipal, mas é óbvio que estamos de acordo com a prioridade concedida

ao Plano de Urbanização da cidade como elemento até congregador dos restantes Planos de Pormenor que eventualmente avancem no perímetro urbano, mas é evidente que está longe do pensamento, pelo menos da Assembleia, ou de quem da assembleia acompanhou mais em pormenor este trabalho, que as dezenas de Planos de Pormenor que estão previstos como unidades de intervenção no Plano Director Municipal sejam para concretizar, a dois, a três, a cinco, a dez ou vinte anos, portanto não é essa a nossa ideia.

Das intervenções que foram produzidas pelos nossos estimados convidados, queria chamar atenção de que há um conjunto de preocupações que nos foram transmitidas, que de alguma forma já têm hoje força de lei, porque, embora o Plano Director Municipal seja um instrumento do ordenamento do território, o seu Relatório aponta determinados objectivos político/administrativos (passe a expressão); assim, a questão da água como valor fundamental a preservar; a necessidade de salvaguardar as zonas húmidas, a necessidade do concelho se virar para as marinhas, não como uma ameaça, como é óbvio, na ironia do Sr. Arqtº Pompílio Souto, mas como um efectivo potencial que deve ser desenvolvido e potenciado em termos turísticos, em termos da vivência da cidade e por aí fora; a necessidade de uma adequada planificação dos transportes públicos e da articulação entre transporte público e transporte privado, estacionamento circulação pedonal, a necessidade da cooperação inter-municipal para a solução de muitos problemas, é um conjunto de preocupações algumas delas introduzidas por esta Assembleia no Relatório que acompanha o PDM, o que não tira força à necessidade de estarmos todos muito vigilantes para que isto não passe de mera explanação de intenções, de modo a que sejam acompanhados por acções executivas que lhe dêm efectivamente o corpo necessário.

Por último queria-me reportar à intervenção do Sr. Prof. Dr. Júlio Pedrosa, que apresentou à Assembleia uma proposta de oito linhas estratégicas para o Aveiro do futuro. Numa primeira análise naturalmente individual, sem uma reflexão com outras pessoas, quase poderia subscrever esse conjunto de oito linhas estratégicas, como o sumário do próximo Plano Estratégico para a cidade de Aveiro; poderia, se não fosse uma dúvida, a dúvida de que ao se pretender algo totalmente novo

que não se esteja a deitar fora o que faz a identidade actual deste concelho; isto é, é um valor adquirido, um potencial do concelho a Universidade e tudo o resto que lhe está associado, mas é também uma realidade que o concelho de Aveiro não se esgota na Universidade, a Universidade é uma realidade a ter em conta e de importância crescente, mas Aveiro é também todo um conjunto diversificado de actividades, seja do sector da agricultura, seja de actividades industriais elas mesmas muito diversificadas, seja de um terciário em crescimento e, se não está implícita na intervenção do Sr. Professor uma espécie de Silycon Valley muito inócuo, muito inodoro e que não corresponde a nada do que Aveiro é actualmente. É evidente que estamos de acordo que Aveiro tem que ser um exemplo do ponto de vista ambiental, tem que ter um tipo de urbanismo perfeitamente definido, tem que ser um sítio de compras de qualidade, que tem coordenar actividades com os outros concelhos, estamos de acordo com todo esse conjunto de perspectivas, agora ao propôr algo de novo, saber até que ponto é que isso se articula com outro tipo de questões; porque por exemplo na discussão do PDM, nós assumimos que não se devia deitar fora a característica, em parte industrial, do concelho, como geradora de empregos, geradora de riqueza etc; é evidente que se admitiu que devia haver uma reconversão, um esforço para a reconversão do conjunto das actividades industriais por forma a que tivesse uma componente de conhecimento, uma componente tecnológica diferente daquela que existe actualmente, queria saber o que é que se pensa àcerca destas dúvidas e destas objecções.

Quanto à questão da regionalização, já que o assunto foi aqui trazido, penso que é necessário que esta Assembleia, outras instituições e outros espaços, comecem a olhar bem para isto, já que nos é proposto um processo de regionalização a completar até ao final do ano que vem. Tem-se perdido muito tempo em discutir capitais, áreas, etc; penso que vai sendo altura de falarmos de que regionalização é que se trata, isto é, independentemente das áreas que venham a ser definidas e de eventuais capitais administrativas, é bom que se comece a reivindicar uma regionalização que seja multipolar, que não tenha uma capital que concentre tudo, mas sim que haja uma diversificação, seja das instituições regionais, seja dos serviços concentrados do Estado, seja de estruturas como seja por exemplo os tais institutos de investigação, pelos diversos

polos das regiões e não apenas na capital, portanto é uma discussão que tem que acompanhar a outra, a das áreas das capitais etc, porventura mais importante do que essas outras."

Vogal Virgínia Veiga:

"Em palavras necessariamente breves para aquilo que esta discussão mereceria, mas de algum modo necessariamente pronunciando-me em relação às três intervenções que nos foram aqui feitas para nos trazer uma perspectiva de ajuda ao nosso trabalho e que pessoalmente muito agradeço, passaria a referir-me às três intervenções sem necessariamente privilegiar qualquer uma delas; obviamente em relação à intervenção do Prof. Dr. Júlio Pedrosa, se me fosse permitido, é Professor Catedrático, se me fosse permitido doutourava-o hoje "honoris causa" em matéria de estratégia de desenvolvimento para Aveiro, pois é exactamente este tipo de discurso que Aveiro precisa há muito. Chamou na sua intervenção um paralelo, embora quase à "latre" em relação a quatro cidades, Barcelona, Bruges, Liverpool e Berlim e, fê-lo muito bem na minha opinião, porque eu julgo que o que tem faltado à Câmara Municipal de Aveiro foi ter presente os exemplos positivos para ver o que quer efectivamente fazer para o futuro, para o futuro que me parece que deve ser pensado de facto, (Sr. Arquitecto) no mínimo a cinquenta ou a cem anos; e, embora o tenha percebido, segundo me parece, a perspectiva em que terá dito o contrário, julgo que estará de acordo comigo, e da intervenção do Sr. Prof. Dr. Júlio Pedrosa é, parece-me, particularmente relevante a questão de se pensar de facto nos nossos vizinhos, já aqui tem sido referido e por mim também muitas vezes a questão da intermunicipalidade e portanto a lógica das coisas até porque a própria lei protege os projectos intermunicipais, portanto facilita as coisas, mas dos outros vizinhos da consciência absoluta da proximidade de Aveiro em relação ao Porto e a Coimbra, portanto os outros vizinhos um pouco mais longínquos e aqueles outros ainda mais longínquos, mas necessariamente vizinhos na perspectiva em que falou, que são por exemplo os vizinhos de Salamanca ou mesmo de Madrid. De de todo o modo sem dúvida nenhuma de acordo quanto a que nós aqui também façamos os nossos possíveis por reivindicar o apoio até mesmo estadual para a investigação científica em Aveiro naqueles aspectos em que lhe compete obviamente definir como sendo os privilegiados, não já tanto de acordo, e esse é o

aspecto crítico, em que se não mantenha em simultâneo a questão da reivindicação, evidentemente da descentralização de mais serviços administrativos para Aveiro. Aproveito para também discordar que se traga hoje aqui o problema da regionalização e sugerir evidentemente que esse seja o próximo tema específico de uma Assembleia como esta, porque, se já não temos tempo de forma alguma (e vê-se até pelo ambiente da assembleia) para tratarmos deste assunto com a necessária seriedade, por maioria de razão misturar as duas coisas parece-me um bocadinho precipitado.

Em relação ao Sr. Arqtº Pompílio Souto, sem dúvida mereceu-me a maior atenção a sua observação sobre a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, sobretudo porque, quer a gente queira quer não, a Câmara de Aveiro, os dois últimos Executivos principalmente, já mudaram toda a sua filosofia nesse sentido e a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, daqui a uns anos não é nada, portanto a definição da cidade nesse sentido está completamente diferente e sem dúvida parece-me também que, como Deputada Municipal que haveria que rever a situação dessa Avenida. Aproveitaria para relembrar algumas pequenas questões que não foram trazidas aqui aos discursos anteriores e que me parecem fundamentais como exemplos e como exemplos de uma coisa que é extremamente significativa, e, voltava ao Sr. Prof. Dr. Júlio Pedrosa para lhe agradecer que se tenha referido a nós como um "fórum" qualificado para defender certas questões, porque concerteza se referia a nós Deputados Municipais, quando disse "fórum qualificado", referia-se concerteza não só à Assembleia em si mesma, mas também ao conjunto de pessoas que aqui estão; devo dizer que da experiência que tenho aqui que nós temos sido constantemente um "fórum" desqualificado pela Câmara. Muitos dos assuntos que aqui trouxeram as três pessoas que aqui estão, têm aqui sido referidos, sistematicamente ignorados em todas as medidas que a Câmara executa; a minha sensibilidade neste momento é de que Aveiro está a ser destruída e, na parte em que não está destruída está estagnada, por exemplo é o caso dos canais, de facto a água não é uma ameaça Sr. Arqtº Pompílio Souto, a Câmara Municipal de Aveiro mantém-se uma ameaça na medida em que não trata dos Canais que a seguram e, não assegura pelo menos que eles sejam tratados, na medida em que entende que a responsabilidade não é da Câmara Municipal; mas o mais importante de

todos é de que se falou em todos os recursos da superfície e não do subsolo. A questão dos esgotos da cidade de Aveiro que estão numa situação catastrófica mas a outro nível; por último em relação ao Sr. Arqtº Pompílio Souto, assustou-me devo dizer, nas suas intervenções como Arquitecto, não trouxesse à liça a questão de que falou o Sr. Prof. Júlio Pedrosa, designadamente dos Transportes Urbanos, falou evidentemente dos peões e dos Transportes públicos, sem dúvida absolutamente nenhuma, mas esqueceu-se das bicicletas e, já agora, mais um exemplo de que somos um "fórum" desqualificado pela Câmara, eu pedi já ao Executivo Municipal na pessoa do Sr. Presidente que nos trouxesse aqui um relatório final, sobre aquilo que eu pude apurar, é que existe em média por pessoa em Aveiro e Ílhavo, mais de dois veículos desse tipo, parqueados nas respectivas garagens ou nos interiores dos respectivos edifícios; pedi que me fosse trazido esse levantamento, foi prometido, até hoje; também foi prometida uma outra coisa: que a Ponte de Pau teria Pistas para Ciclistas, não tem, foi aqui prometido pelo Presidente da Câmara, até agora é mentira e, em relação à Ponte de Pau, por exemplo, estranhei que um Arquitecto na sua intervenção não nos tenha ajudado a nós "fórum" qualificado num outro sentido, a perceber como é que se constrói uma via daquela natureza em cima das habitações das pessoas, das presentes, e o mais assustador, das futuras, porque se prevêm construções de prédios próximos, sem respeitarem nem as normas impositivas legais de ruído, nem de vibração, nem de coisa nenhuma, não consigo entender e, não consigo entender qual das duas coisas vai ser destruída, quer dizer, se vai ser destruído o edifício que lá está ou se vai ser destruída a Ponte de Pau e, sobretudo ainda muito menos consigo entender que ainda se continuem a prever outros edifícios juntos, sem respeitarem quaisquer dessas normas. Por fim, Sr. Dr. Amaro Neves, há bocado fiz um comentário quando estava a falar, não queria interrompê-lo de maneira nenhuma, tenho de facto pena que tenha sido tão breve nas suas intervenções sempre muito qualificadas em relação ao ambiente urbanístico de Aveiro."

Vogal Rosa Pires:

"Sr. Presidente, vou procurar ser breve dado o adiantado da hora, e começava por apresentar os meus agradecimentos aos convidados de hoje da Assembleia Municipal.

Suponho que nós não temos debatido suficientemente a cidade, não temos olhado para a nossa cidade e, hoje fizemos esse esforço, acho que começámos da melhor maneira, espero que possamos dar continuidade. Gostava também de dizer que há pelo menos dois valores simbólicos associados à presença dos nossos convidados: o primeiro pelos próprios temas, nós estamos a construir a cidade já, e temos obviamente que ter os olhos postos no futuro, mas temos obviamente também que respeitar e preservar o nosso passado a nossa identidade; o próprio painel de temas é em si uma mensagem forte para quem irá a curto prazo ter que se pronunciar por um tão elevado número de planos de pormenor. Mas há uma outra vertente simbólica que eu gostaria de sublinhar: é que nós dizemos que é importante uma abertura à sociedade civil; são questões que não podem ser debatidas intra-muros, apenas no âmbito das autarquias, seja a Câmara, seja a Assembleia Municipal. Esta é uma questão que nós só ganhamos em abrir a discussão a um leque mais vasto de pessoas e de actores em Aveiro. Suponho que esta mensagem é fundamental e gostava aqui de a sublinhar. Gostava também de me congratular pelo facto da Assembleia ter realizado esta sessão e pelo facto de todos os Partidos políticos terem estado disponíveis para a realizar; julgo que deveria ser a Câmara Municipal que devia ter tomado esta iniciativa, e devia sê-lo porque a Câmara Municipal tem um PDM aprovado nas condições em que o teve, com muito debate, com muita controvérsia e, depois iniciou um conjunto bastante elevado de Planos de Pormenor, e eu julgo que este debate já devia ter ocorrido. A Assembleia Municipal, demonstrou aqui uma vez mais que tem uma postura construtiva sem ser seguidista, mas construtiva; tem-o demonstrado noutras situações, como foi do Cojo e hoje voltou a fazê-lo, e é com agrado que eu registo este aspecto.

Em relação ao conteúdo da sessão, não me queria pronunciar muito sobre cada uma das comunicações, mas gostava de tecer alguns comentários: reparem que nós estamos numa questão que é um desafio fundamental; sabemos que a cidade vai mudar muito, que a cidade já tem mudado muito, vai continuar a mudar de uma forma acentuada, nós queremos preservar a identidade e queremos ao mesmo tempo adaptá-la a novas funções, e este é um desafio fundamental e temos por exemplo mais de uma dezena de Planos de Pormenor aprovar, e quais são os

nossos critérios de referência? como é que nós vamos formar opinião quando apreciamos cada um dos Planos de Pormenor? estávamos desprovidos de instrumentos que balizassem a nossa reflexão, hoje tivemos aqui imensas sugestões que nos permitem com certeza formar a nossa opinião, se calhar insuficientes, mas já temos peças para reflectir. A questão que nós temos perante nós é muito clara: como é que nós Aveirenses encaramos a tarefa de construir a cidade? que importância pomos nesta tarefa de construir a cidade do futuro? duvido que um Plano de Urbanização com cinco meses, cinco meses dados para fazer um Plano de urbanização, com todas as deficiências de informação que nós temos e sabemos que são muitas, como é que é possível fazer isto? se de facto estava verdadeiramente contemplada a preocupação com a construção do futuro desta cidade? gostava de dizer que a construção da cidade não se dá num vazio social, isto é, há uma comunidade que se agita que se diferencia, que tem ideias, que expressa opiniões; e, eu pergunto, se perante a dimensão da tarefa que nós temos à nossa frente não vale a pena ouvir mais pessoas, procurar aquilo que serão grandes áreas de consenso onde vários agentes estão disponíveis para intervir, disponíveis para se conjugar os esforços para se avançar num determinado sentido, isto preciso de maturação, mas precisa de iniciativa de quem tem a responsabilidade e aqui tem que ser muito claro, a Câmara, o Executivo, tem a responsabilidade de ter um discurso no sentido sociológico sobre a cidade, um discurso sobre o futuro da cidade, é porque não basta dizer porque é que eu quero que seja desta maneira ou daquela, eu tenho que dizer quais são os resultados que eu espero e porque é que esses resultados são bons, tenho que saber em nome de que valores é que eu estou a construir o futuro de Aveiro e portanto a meu ver esta sessão mostra claramente que é preciso um salto qualitativo em relação aos dois modelos de gestão anteriores, ao modelo de gestão que não comunicava e ao modelo de gestão que comunicando se demite frequentemente de ter uma opinião de ter um discurso, que eu direi que é o modelo actual. Suponho que os anos que chegam são demasiado decisivos para suportar uma ausência de capacidade de mudança e espero que a Câmara Municipal tire as ilacções que daqui resultam, inclusivamente para os Planos de Actividades, que não sejam meramente uma listagem de iniciativas, para que são essas iniciativas? que problemas é que tentam

resolver? quais são as grandes questões onde se concentram e porque é que aquelas maneiras de abordar essas questões são mais adequadas do que outras? espero que o Plano de Actividades beneficie já de algo de muito útil que aqui foi dito. Só para concluir duas breves referências: vi com muito agrado o Prof. Júlio Pedrosa, que fez de facto uma comunicação excepcional, mas ia falar da necessidade de tratar com amor e com carinho a cidade; quando falámos no PDM foram estas as discussões salvo erro que aqui utilizámos para dizer que a Urbanização da cidade tinha que ser feita com carinho pela cidade. Gostei muito de ver este tema retomar. Fala-se na expansão de Aveiro, na questão da "regionalização", se é para o norte se é para o sul, se é para o mar, já não é a primeira vez que digo: a expansão de Aveiro faz-se antes demais para dentro de Aveiro, quando nós conseguirmos conjugar as forças dos vários agentes económicos que nós temos em Aveiro, temos um Aveiro muito mais forte, a expansão de Aveiro faz-se antes demais criando sinergias para que o todo seja maior que a soma das partes, não tenho a mínima dúvida que a grande expansão, o grande desafio de expansão de Aveiro é para o interior de si próprio e a partir daí então sim, temos um Aveiro forte e um Aveiro do futuro."

Vogal Custódio Ramos:

"Sr. Presidente, a minha intervenção é para saudar os convidados, deles não se esperava outra coisa que não intervenções de facto de muita qualidade, cada um à sua maneira, cada um relativamente a uma determinada especialidade, as raízes do passado, o presente ou a história recente e construir a cidade do futuro. De facto esta última é a preocupação de todos nós, mas tendo em conta as raízes do passado para que não se cometam novos atropelos e para que de facto os nossos filhos, os nossos netos venham a ter um espaço de realização total.

Queria congratular-me com a qualidade das intervenções, fazer uma constatação que é a que de facto esta Assembleia, ou seja, esta sessão abre uma nova perspectiva, uma nova era na história de Aveiro, efectivamente muitos de nós temos sido defensores deste tipo de debates e que no passado não foi possível realizar, penso que efectivamente há aqui uma viragem e essa viragem deve-se ao esforço de todos nós no seio desta Assembleia e pena é como já foi referido, que em sede do debate do

PDM não se tenham feito tais debates não obstante os apelos que em devido tempo por nós foram formulados.

Queria fazer duas perguntas: a primeira ao Sr. Arqtº Pompílio Souto, que era a seguinte; primeiro não teve aquela curiosidade de visitar certas Ruas da cidade, por exemplo a Rua Engº Von Haffe e aquelas monstruosidades de construções que lá estão a fazer, pelo menos na minha perspectiva de leigo, não teve essa curiosidade, não nos quis brindar com críticas desse género. Não se referiu a outras curiosidades como por exemplo à Rua 31 de Janeiro, onde há por ali também uns vidros espelhados, umas coisas muito esquisitas, mas foi suficientemente sintético para nos dar uma perspectiva do seu pensamento sobre a qualidade de vida na cidade, eu far-lhe-ei uma pergunta muita objectiva, que é, face à crítica que formulou quanto aos Planos de Pormenor que estão em construção, eu perguntava-lhe, dado que a Câmara não pode licenciar construções naquela área onde estão previstos esses instrumentos, como é que resolveria o problema se a Câmara não mandasse de facto erigir esses Planos de Pormenor? creio que o Planeamento aí ficaria bloqueado porque efectivamente eles são necessários à construção nesses locais, ou seja, para mim não basta que façamos críticas, é necessário que tenhamos alternativas e, eu gostava da sua opinião em matéria dessa alternativa.

Ao Sr. Professor Júlio Pedrosa, que fez uma oração que eu subscrevo e que faço votos que venha a integrar as recomendações e, a ser a nossa Bíblia em sede da apreciação que iremos fazer oportunamente sobre o Plano Estratégico, eu faria também uma pergunta que era, quando se referiu há intervenção inter-municipal, quando se referiu há coesão que tem que haver entre os diferentes municípios vizinhos de Aveiro, era se preconiza para aqui uma espécie de super autarquia que contraponha a uma determinada regionalização ou pelo menos a complemente, por exemplo uma área Metropolitana?

Com isto, agradeço a paciência que tiveram em me ouvir, muito obrigado."

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Armando Vieira.

Seguidamente usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, que começou por saudar a Assembleia, bem como o seu Presidente, pela organização desta reunião, pela convocatória que endereçou aos Srs.

Deputados e que permitiu uma discussão de muito interesse para o Município e que encantou todos os presentes.

Prosseguindo, prestou alguns esclarecimentos sobre algumas matérias referidas pelos vários interventores, concretamente no que respeita à Escola Homem Christo, disse que tinha parado com o processo de desactivação, salientando porém que a Câmara no seu todo ainda não se pronunciou sobre a efectiva desactivação daquele estabelecimento de ensino.

Informou também que a cidade já foi objecto de análise do PDM, bem como de outros documentos de Planeamento e que neste momento está a realizar-se o Plano Estratégico.

Em termos pessoais, referiu que gostaria que Aveiro no futuro fosse uma cidade de qualidade através da sua Ria e dos Canais, através do Património, da qualidade de vida, do Ensino Superior e Investigação Científica e Tecnológica, a produção da difusão artística cultural, da qualidade do serviço a prestar à população, que a cidade mantivesse uma estrutura económica sólida e competitiva, procedendo à qualificação dos recursos humanos, à dinamização empresarial local, à atracção de investimentos exteriores e ainda a serviços a prestar às empresas; disse querer também que a cidade se integrasse devidamente na área envolvente, respeitando o restante território municipal, a envolvente rural, o sistema agrícola, neste caso o Baixo Vouga, sem deixar para trás as acessibilidades geradoras de centralidade; queria que a cidade se constituísse num sistema urbano regional, isto para defender a autonomia da cidade, face ao Porto, face a Coimbra, pois receia que se assim não se fizesse que a metropolização do Porto chegue a Aveiro. Continuando disse também que é necessário que a cidade se reveja no contexto do eixo Aveiro/Salamanca; gostaria ainda que a cidade de Aveiro tivesse características internacionais, através do Porto de Mar, através do Turismo, através do relacionamento com as cidades Europeias, gostaria ainda que sócio e culturalmente Aveiro defendesse os valores sócio culturais, que respeitasse a dimensão humana e que respeitasse os valores do diálogo.

Em suma, referiu que era tudo isto que gostaria de deixar como ideia também de estratégia da Câmara Municipal, a qual no fundo coincide em sua opinião com muito do que aqui foi dito.

Seguidamente usaram novamente da palavra os oradores convidados, os quais prestaram vários esclarecimentos sobre questões que lhe foram colocadas ao longo do debate no âmbito da matéria em apreço.

Arqtº Pompílio Souto:

"Quando eu falei da Avenida Dr. Lourenço Peixinho e da necessidade que eu considero absolutamente indispensável de repensar a Avenida enquanto uma estrutura espacial e, quando eu digo uma estrutura espacial é um espaço físico que está contido entre dois conjuntos de fachadas que são as das edificações que as marginam e o espaço não edificado que fica nesse miolo, portanto esse não edificado é uma coisa que é tão importante como o edificado que margina, e aquilo que se passa dentro desse edificado e aquilo que se passa fora, essa relação biunívoca entre o edificado e o não edificado é a expressão de um conjunto de actividades que se traduzem de uma determinada forma, de edificado e não edificado, quando eu digo que se tem que repensar isto e tem que se repensar isto em favor ou em benefício, em nome de quem são os seus verdadeiros utilizadores deste espaço, e a forma de potencializar esta virtualidade de que a cidade dispõe eu digo isto não pressupondo que desapareçam as árvores, penso que é importante manter árvores, agora provavelmente haverá é a necessidade de recolocar as árvores, todavia isso trata-se de um detalhe de pormenor, agora o que seria importante era sabermos se de facto aquela Avenida tem um desenho e corresponde aos desígnios e objectivos que se impõem para a cidade hoje e para o conforto dos cidadãos que hoje a utilizam. A forma final física como isto se haveria de traduzir, ou seja este processo de transformação, é uma coisa que eu suponho que careceria de uma outra ponderação e do reflectir àcerca de outros aspectos que não estou aqui a ter em conta, sublinhando portanto, que o que eu pretendia chamar atenção é para a circunstância de haver espaços, cuja utilização se alterou e cujo desenho não acompanhou esse processo de alteração.

Quanto à questão levantada pelo Dr. Vitor Mangerão, fui o primeiro a admitir que esse estudo pudesse conter erros, o trabalho não foi feito com o objectivo de ser rigoroso, foi feito com o objectivo de evidenciar uma coisa que eu considero que é altamente importante e que contém alguns riscos, tem virtualidades e contém riscos. De qualquer maneira, sempre

quero sublinhar que os números que nós alcançámos são números apoiados no estudo daquilo que está prescrito no PDM em relação às cêrceas e aos usos dominantes previstos para cada um dos Planos de Pormenor, às respectivas áreas e aos cálculos que a partir daí se podem fazer com base nas Portarias em vigor, portanto não são tão errados quanto possa parecer à primeira vista.

Relativamente aos Planos de Pormenor, considero que é importante, que é vantajoso, que foi de uma grande oportunidade que a Câmara Municipal de Aveiro decidisse lançar na sequência do PDM, o Plano Estratégico, o Plano de Urbanização e um conjunto muito vasto de Planos de Pormenor; considero que isto é uma virtualidade, que é uma coisa que é importante, é uma decisão acertada, de um grande significado do ponto de vista urbanístico e do ponto de vista do modo como se desenha uma cidade, mas, isto contém riscos e eu quis alertar para os riscos e, os riscos advêm de um conjunto de circunstâncias que eu passava a enumerar:

Este conjunto de trabalhos tem prazo de execução de cinco a seis meses, eu penso que isto é perigoso; aceitar-se ou admitir-se que um conjunto tão vasto de Planos de Pormenor, quanto é aquele que consta desta planta, que corresponde como eu disse a treze bairros da Beira-Mar, mais um Plano de Urbanização, mais um Plano Estratégico, tudo feito em prazos que se admite que são de cinco a seis meses, causam-me grave preocupação, por falta de tempo, por falta de maturação que estas coisas exigem. Por outro lado a circunstância de todos estes Planos serem lançados sem que estejam criadas condições de articulação política e de articulação técnica entre as diversas equipas que neles vão trabalhar, e os autarcas que os vão avaliar e lhes vão definir os objectivos."

A finalizar teceu ainda vários comentários sobre esta matéria, e considerou que do seu ponto de vista não é mau que a Câmara Municipal tenha lançado o concurso e tenha procurado concretizar este vasto conjunto de Planos de Pormenor, agora o que em sua opinião pode ser grave, é que:

- 1º - Não haja uma política por trás desta decisão;
- 2º - Que cada um dos Planos de Pormenor não corresponda a um objectivo político muito preciso;
- 3º - Que possam não estar criadas condições para fazer a sua avaliação técnica e política correcta;

4º - Que estes Planos de Pormenor sejam indiscriminadamente assumidos como necessariamente precisados de ser ratificados e, por essa via constituam oportunidades de investimento que contribuam para a desconstrução da cidade.

A título de exemplo, referiu que um dos Planos de Pormenor que está previsto e que está em curso é o Plano de Pormenor da 109, referindo o seguinte, *"aquilo que eu vou dizer é controverso, mas eu pergunto-vos o seguinte: o Plano de Pormenor da 109 deve ser feito para quê? para transformar a 109 numa Avenida fronteira da cidade, ou antes pelo contrário deve ser um Plano de Pormenor para garantir a articulação da cidade para nascente da 109 em conjunto com aquilo que é a cidade a poente da 109? eu imagino que só esta questão conduzisse a uma discussão, a um debate que eu penso que era extremamente importante, mas que eu temo que não tenha sido produzido antes de ter sido lançado o trabalho e, se assim não foi isso é altamente perigoso (o Sr. Presidente da Câmara diz que foi) em termos do trabalho que viesse a ser produzido e dos resultados que sobre o terreno viessem a ser alcançados.*

Proporia que do conjunto de Planos de Pormenor se elegam aqueles que do ponto de vista estratégico podem desempenhar um papel de aumento da consistência físico formal da cidade e vivencial da cidade. Em relação àqueles para os quais não se reconheça essa virtualidade, que haja a coragem de os transformar em estudos urbanísticos, que são importantes para informar quer o Plano Estratégico quer o Plano de Urbanização.

Mesmo em relação a alguns dos Planos de Pormenor, penso que é possível e seria provavelmente desejável que algumas das suas partes fossem transformadas nisto que eu disse, ou seja, num mero estudo urbanístico informante dos outros instrumentos de Plano às outras escalas e, quando digo que é possível, digo que é possível porque estou envolvido num processo, sou consultor numa autarquia onde este método foi adoptado e onde se obtiveram até ao momento alguns resultados positivos. Portanto não impossibilita o licenciamento, desde que esse licenciamento do ponto de vista dos interesses da autarquia seja tido como necessário."

Prof. Dr. Júlio Pedrosa:

"Um primeiro esclarecimento é o de que eu não invoquei nunca a Universidade na minha intervenção nem explicitamente nem implicitamente e fi-lo deliberadamente por duas razões fundamentais: a primeira, a de que numa discussão destas a Universidade é apenas um parceiro na discussão, um interlocutor como outro qualquer e eu não escolhi mais nenhum outro; segundo, é porque concerteza que viciaria a minha lógica de intervenção se escolhesse a Universidade como protagonista, portanto fi-lo deliberadamente e portanto não há nenhuma razão para as intervenções em que puseram na minha boca ou na minha intenção estar a fazer qualquer referência à Universidade, que isso fique claro. Mas, esclareceria porque isso pode ser útil, que a certa altura quando fiz referência a infraestruturas de investigação seleccionei de propósito domínios em que naturalmente existe na Universidade capacidade científica, mas que têm todos eles outros parceiros privilegiados na cidade; referi-me ao mar e aos recursos marinhos e, aqui estava a pensar no IPIMAR, estava a pensar no Instituto Hidrográfico, estava a pensar na JAPA, porque podem ser interlocutores e são-no já em alguns aspectos, mas podem em relação a dois deles pelo menos, ser exactamente exemplos de estruturas a descentralizar para Aveiro, refiro-me ao IPIMAR e ao Instituto Hidrográfico.

Em relação ao Ambiente, estava a pensar na Universidade naturalmente, mas estava a pensar que é precisamente uma área de cooperação exemplar entre a Universidade e os variadíssimos parceiros através do Instituto de Defesa do Ambiente, por exemplo, mas que pode vir a traduzir-se em outro tipo de iniciativas, nomeadamente de natureza empresarial, porque, se há domínio em que Portugal pode ter capacidade de criar indústria nova, é no domínio do Ambiente, e veja-se realmente quem é que está no terreno a fornecer tecnologia, são praticamente apenas fornecedores não Portugueses, portanto escolhi esta área também por esta razão.

Nas telecomunicações é natural que a CIT, com o CET e a Universidade, nós temos em Aveiro, creio eu, uma frente privilegiada de fazer desta uma área de afirmação da cidade e do seu tecido empresarial pela investigação.

Quando escolhi a engenharia biomédica, estava a pensar na Universidade, mas estava a pensar também nas estruturas de saúde,

nomedamente o Hospital, e liguei isso ao meu ponto oito, onde referi esta matéria.

Referi os materiais avançados porque Aveiro perdeu uma oportunidade de ter um Instituto na área de materiais, mas estava a pensar que poderíamos vir a estabelecer infraestruturas que fossem complementares e partissem de realidades, nomeadamente de materiais de origem agro-florestal, para aplicações não alimentares. Temos no Eixo, uma estrutura de investigação que hoje está ligada às celuloses, mas poderá eventualmente estar ligada a outras transformações para produzir materiais novos avançados nesta região.

Também queria clarificar que eu referi-me mais frequentemente a recursos humanos qualificados e só me referi uma vez a massa cinzenta e nunca pensei em Sylicon Valley, creio que, se algum serviço prestou a Portugal o Relatório Porter, foi fazer-nos acordar para a necessidade de partir daquilo que são as nossas actividades normais e que sabemos fazer, mas ter estratégias para que amanhã as façamos da forma mais competitiva, essa é a questão, e não estou a defender, pensar que no futuro será realmente o conhecimento a base da modernidade, mas o conhecimento utilizado para fazer aquilo que tenham sido as escolhas que as comunidades das sociedades e os poderes políticos tenham feito.

Não disse que não se reivindicarem centros administrativos e capacidades, o que eu disse é que, talvez preferisse que se gastassem mais energias noutra sentida, do que se gastassem nestas batalhas, é que eu tenho ideia que estas batalhas quando elas tiverem que se travar, se calhar existe capacidade para as travar mesmo sem estar preparado para isso previamente; o que é mais difícil é nós termos pensado uma estratégia de intervenção que exige preparação de longo e médio prazo e, trazer para Aveiro este tipo de centros e de recursos e de capacidades que eu ali referia, exige claramente pensar, para quando as oportunidades surgirem estarmos preparados para as aproveitar, foi neste sentido, não foi num sentido dictómico, foi no sentido de, onde é que pomos a prioridade no uso do nosso esforço.

Finalmente, não partilho muito a ideia de, em vez de pensar na expansão de Aveiro para fora, a fazer para dentro, mas percebo qual é o argumento, se o argumento for, para dentro no sentido de pensarmos e de

nos prepararmos para sermos actores quando tivermos que ser, totalmente de acordo; e, quando eu dizia, inventemos a forma de estabelecer redes, é no sentido de estabelecer as parecerias, as cooperações, as ligações que façam sentido para uma estratégia genuína; os meus oito pontos não têm valor nenhum se não fôr possível em relação a nenhum deles ter a seguir um plano de acção, quer dizer, estratégia sem plano de acção e preparação desse plano não é nada, portanto quando eu falei há bocado em inventar formas de estabelecer polos e redes, foi no sentido de estabelecer parecerias, de estabelecer relações, de estabelecer acordos de vantagem mútua que nos permitam quando fôr necessário, agir: para a regionalização, para a reivindicação do centro administrativo, para a reivindicação de uma sede do Instituto de Investigação, estarmos preparados para sermos efectivos no momento próprio. O facto de Aveiro ter a dimensão que tem, não ter aparecido nunca a reivindicar hegemonias, não significa que não tenha ambições e que não tenha projectos e que não tenha a necessidade de os afirmar, o que eu quis dizer foi que, se calhar está em muito melhores condições de o afirmar sem ter consequências negativas na relação com outras cidades e polos, do que outros parceiros desta região, portanto não disse que não se fosse pró-activo no sentido de fazer Aveiro ter aquilo que deve ter, acho que Aveiro deve ser pró-activo e que tem condições para o ser se calhar muito melhor que outros polos desta região que se reivindicam de o ser."

Novamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Mesa, considerou que esta reunião foi altamente proveitosa, que foi de facto um abrir de perspectivas que foi proporcionada pelos convidados, à Assembleia Municipal, aos quais agradeceu, pela sua disponibilidade e brilhantismo e pela maneira honesta e dedicada à cidade, que possibilitaram que esta reunião atingisse os objectivos pretendidos.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 1 Hora e 30 minutos do dia 5.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que, no que fôr omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.